

1. Introdução

1.1 Modelo Teórico de Referência

A concepção sistémica, inicialmente aplicada à família, historicamente encontra-se ligada ao nascimento da Terapia Familiar e posteriormente à Psicologia da Família, datando de 1950. O desenvolvimento da Terapia Familiar encontra-se associado a um contexto de mudança de paradigma, no qual o indivíduo era visto como uma identidade isolada e às profundas transformações ocorridas no âmbito da saúde mental (que individualizava as suas intervenções) (Gameiro, 1994; Paixão, 1995). Sampaio (1988) acrescenta que na génese desta concepção estão diferentes factores como: a evolução dos centros de saúde mental infantil, a nova perspectiva no tratamento da esquizofrenia e as rápidas transformações da família e seus respectivos papéis.

O foco da intervenção passa a centrar-se no indivíduo e nas relações com o seu meio, ou seja, o campo de acção é amplificado à família e às redes sociais, uma vez que o indivíduo e o meio passam a ser vistos como entidades que evoluem e mudam reciprocamente (Relvas, 1999).

Uma das constatações decorrentes desta mudança de objecto de estudo, do indivíduo para as relações entre este e o meio envolvente, originou aquele que pode ser considerado o primeiro axioma sistémico – o todo é mais do que a soma das partes, sendo que a família/ o sistema passa a ser considerada/o algo mais do que a soma das partes que a/o compõem (Relvas, 1998; Alarcão, 2000) e o indivíduo/ a família como parte de sistemas mais vastos.

A intervenção sistémica permitiu, portanto, a construção de grelhas de leituras alternativas aos modelos teóricos vigentes: a psicanálise, o modelo biomédico e modelo comportamental. O pensamento sistémico vem enfatizar a multidisciplinaridade e articulação de saberes, assumindo uma postura claramente não causal e não determinista, mas uma compreensão circular e de recursividade dos sistemas em interacção (Alarcão & Relvas, 2002), compreendendo que os indivíduos existem em relação, inseridos em contextos (Morin, 1992 *cit. in* Relvas, 1998).

Historicamente, esta concepção encontra-se ligada à Teoria Geral dos Sistemas, à Cibernética e às Teorias Ecosistémicas da Comunicação. Dos principais autores que contribuíram significativamente, para o desenvolvimento da terapia família destacam-se: o

teórico da informação Claude Shannon, o cibernético Norbert Wiener e o teórico dos sistemas gerais Ludwig von Bertalanffy. Gregory Bateson (1989 *cit. in* Relvas, 2000), em conjunto com o grupo de Palo Alto deu um contributo fundamental para o desenvolvimento da abordagem familiar sistémica, tendo proposto a Teoria Ecosistémica da Comunicação¹.

O movimento de terapia familiar foi-se desenvolvendo a partir da integração de conceitos provenientes destes diferentes estudos. O seu conceito central – a noção de sistema² – foi desenvolvido com base na Teoria Geral dos Sistemas e aplicado à família e posteriormente aos diferentes grupos/sistemas com quem o indivíduo interactuava (Sampaio, 1988; Gameiro, 1992, 1994; Relvas, 2000).

Os conceitos relativos à regulação, organização, funcionamento e evolução do sistema familiar são provenientes da cibernética. Numa primeira fase, o sistema era definido como auto-regulado e, num momento posterior, passou a ser entendido como auto-organizado (Alarcão, 2000). Através do conceito de autopoíese³ desenvolvido por Maturana e Varela os sistemas passam a ser vistos como detentores de capacidade de auto-organização, podendo modificar a sua estrutura, ou seja cada sistema cria as suas finalidades, mediante processos auto-organizados (Elkaïm, 1996; Costa & Brandão, 2005). Considera-se, portanto, que o sistema familiar tem capacidade para se adaptar e mudar, evoluindo e mantendo a sua continuidade.

Inicialmente, no período de 1950 até 1970/80 – cibernética de 1.^a ordem⁴ - a atenção estava focada na estabilidade e equilíbrio funcional do sistema, descurando a importância do indivíduo e a sua autonomia, sendo que a evolução dos sistemas era compreendida tendo por base os mecanismos de retroacção. A retroacção negativa mantinha a estabilidade do sistema e a retroacção positiva (só utilizada em momentos de grande desequilíbrio) permitia a transformação, era ainda considerada que a sobrevivência do sistema dependeria da sua

¹ Esta teoria “*aborda os factos relacionais humanos através de comportamento-comunicação que estimulam as interacções numa situação corrente ou crítica*” (Bénoit, 1988, p. 22).

² Conceito desenvolvido por Bertalanffy, definido como o “*conjunto de unidades em inter-relações mútuas que incluem simultaneamente função e estrutura*” (Relvas, 2000, p. 16).

³ Refere-se à “*capacidade dos sistemas vivos para gerarem os seus próprios componentes. De uma forma recursiva, o sistema é produto do seu próprio funcionamento*” (Alarcão, 2000, p. 338).

⁴ Teoria formulada por Norbert Wiener, nos finais da década de 40, referente aos “*processos de controlo da informação que permitiam a regulação interna dos processos dos organismos vivos, máquinas e estruturas sociais*”. (Sluzki, 1996, p. 140).

capacidade de corrigir os desvios advindos das retroacções exteriores (Gameiro, 1994; Alarcão, 2000).

Posteriormente, a partir das décadas de 70/80 – cibernética de 2ª ordem – começou a ter-se em conta não apenas os processos através dos quais o sistema mantinha o equilíbrio, mas de igual modo, aqueles que favoreciam o desequilíbrio e mudanças qualitativas (Alarcão, 2000). Então, a mudança passa a ser vista não como uma ameaça, mas como oportunidade de evolução. Com estes desenvolvimentos, o sistema passa a ser considerado auto-organizado, autónomo, no qual o interventor é um observador-participante, podendo constituir-se como um elemento perturbador, um catalisador da mudança (Relvas, 2000).

Prigogine, ao estudar os sistemas afastados do equilíbrio concluiu que nestes sistemas *“não existe uma trajectória possível para a evolução desse mesmo sistema: pelo contrário, há diversas opções, os caminhos bifurcam-se e o acaso intervém”* (cit. in Alarcão, 2000, p. 30). O autor definiu que qualquer sistema pode sofrer perturbações permanentes (de origem interna ou externa), cuja amplificação pode atingir um determinado limiar (ponto de bifurcação), conduzindo à desorganização, para à *posteriori* permitir o desenvolvimento de uma nova estrutura. Assim, *“Os sistemas sociais são definidos como sistemas afastados do equilíbrio e sujeitos a permanentes flutuações”* assumindo-se que a evolução do sistema prende-se com as propriedades intrínsecas do próprio e a natureza das interacções dos elementos que o compõem (Relvas, 2000, p. 43).

No início, dos anos 80, particularmente depois da publicação de Paul Watzlawick, "A Realidade Inventada" surge um novo movimento, o construtivismo que se expandiu ao pensamento sistémico. Esta abordagem parte da ideia central de que a experiência pessoal é ambígua e idiossincrática, uma vez que possibilita múltiplas visões e interpretações da realidade. Posteriormente, surge o construcionismo social assumindo que o mundo é socialmente construído através de histórias ou narrativas, mediante as quais os indivíduos vão construindo significados acerca desse mundo (Elkaïm, 1996; Relvas & Alarcão, 2001). Elkaïm (1996) considera que *“graças a estes pensadores, os terapeutas familiares foram levados a descobrir que a construção mútua do real na psicoterapia, conta mais que a busca da verdade ou realidade”*. O construtivismo e construcionismo social constituem-se, assim, como uma forte influência no pensamento sistémico, possibilitando o alargamento dos contextos de intervenção sistémica. Uma das principais consequências desta influência é a

“*desfamiliarização*”⁵ (Relvas, 2002 *cit. in* Sousa, 2004, p. 148), isto é, o “*abandono da família como contexto central da compreensão e intervenção sistémica*” (Sousa, 2004, p. 148). Assim, a abordagem sistémica flexibiliza-se ao nível dos contextos de compreensão e intervenção, sendo pertinente compreender as relações familiares, as redes sociais e as interações com os diferentes sistemas.

A perspectiva sistémica considera que os diferentes sistemas interagem e co-evoluem, e esses sistemas “*envoltos na espiral de perspectivas recíprocas*” (Laing, Phillipson & Lee, 1966 *cit. in* Sluzki, 1996, p. 13) são co-construtores da identidade, constituindo-se como parte intrínseca dela. O Modelo de Ecologia do Desenvolvimento Humano (Figura 1), desenvolvido por Bronfenbrenner, explica a interação que se estabelece entre sistemas de complexidade crescente. Este modelo é produto de numerosos esforços para elaborar uma concepção que situe o sujeito em constante relação com o seu contexto e que o integram numa rede de relações interpessoais, sem as quais não se compreenderá os seus comportamentos, atitudes, sentimentos e valores (Navarro, 2004).

Bronfenbrenner (1986; Rojano, 2004; Navarro, 2004) estudou o comportamento individual enquanto resultado da interação entre a pessoa e o ambiente, referindo que entre estes sistemas se estabelece uma relação permanente de ajuste e de adaptação, a partir da qual é possível o desenvolvimento.

Para Bronfenbrenner (1987 *cit. in* Navarro, 2004, p. 40) “*o desenvolvimento humano é um processo através do qual a pessoa vai adquirindo uma concepção mais ampla, diferenciada e válida do seu ambiente, tornando-se capaz de se ajustar e de participar na sua conservação e reestruturação, em diferentes níveis de complexidade*”⁶.

Segundo o Modelo de Ecologia do Desenvolvimento Humano, as relações interpessoais enquadram-se em sistemas mais complexos, sendo influenciadas por factores, sociais, culturais e históricos. Este modelo prevê a existência de vários sistemas que se influenciam mutuamente e estabelecem entre si uma relação inclusiva que o autor comparou a

⁵ Em 1981, num artigo escrito por Mony Elkaïm, para o livro *Terapia Familiar e Comunitária*, já aludia a este conceito “*desfamiliarizar*”, referindo-se ao alargamento do quadro de intervenção, assumindo que as grelhas tradicionais não nos permitem integrar a forma “*como se encontra mediatizado, reproduzido um conjunto de processos culturais, sociais e políticos*” (1981, p. 189).

⁶ Esta definição de desenvolvimento enfatiza que o meio condiciona a vida da pessoa, no entanto não a determina, uma vez que o sujeito tem o poder de agir e transformá-lo.

um conjunto de bonecas russas (Bronfenbrenner, 1986; Fuster & Ochoa, 2000; Navarro, 2004; Rosello, 2004; Guadalupe, 2009):

* O microsistema⁷: compreende o conjunto de relações, actividades e papéis que se estabelecem entre a pessoa em desenvolvimento e o meio imediato, onde esta se desenvolve (por exemplo, a família);

* O mesosistema⁸: contempla as relações entre microsistemas, isto é, as relações que se estabelecem entre os principais contextos que contêm a pessoa em desenvolvimento, numa determinada altura da sua vida e que podem funcionar como rede de apoio (por exemplo, a relação entre família e escola);

* O exosistema: abrange as estruturas comunitárias, formais e informais, que não contêm em si mesmas a pessoa, mas influenciam e afectam o contexto imediato no qual esta se encontra (por exemplo, o trabalho dos pais, no caso de uma criança);

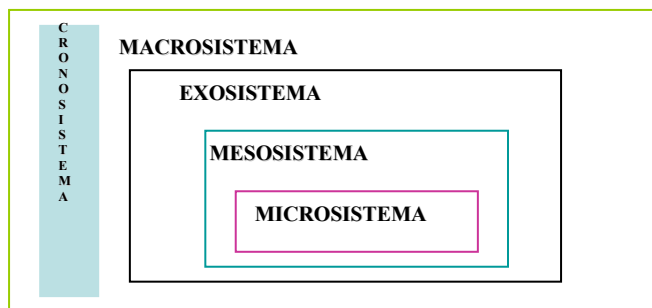
* O macrosistema: representa os valores culturais, o sistema de crenças, as circunstâncias sociais e os acontecimentos históricos e memórias colectivas, que influenciam os outros sistemas ecológicos.

Posteriormente, Bronfenbrenner propôs um sistema adicional, denominado cronosistema, que se refere à influência das mudanças e continuidades no tempo que ocorrem no meio onde se processa o desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1986; Fuster & Ochoa, 2000; Guadalupe, 2009). A perspectiva ecológica ao contemplar os diferentes sistemas aplica-se aos indivíduos, famílias, grupos ou colectividades mais amplas. E ser ecológico implica incorporar nos problemas individuais, o meio social e o contexto em que estes se desenvolvem os problemas (Navarro, 2004).

Figura1. Modelo de Ecologia do Desenvolvimento Humano

⁷ Para Cannon (1992 *cit. in* Rosello, 2004) a adaptação da pessoa é influenciada pela qualidade e estabilidade dos microsistemas, pelas competências e papéis requeridos nesses microsistemas, pela auto-estima e por predisposições biológicas.

⁸ Segundo Garbarino (1983 *cit. in* Rosello, 2004, p. 132) as “*redes sociais encontram-se no mesosistema*” e formam-se através das interconexões dos diferentes microsistemas.



Todas estas concepções desempenharam um papel fulcral na compreensão das diferentes problemáticas e muito contribuíram para a evolução da perspectiva sistémica repercutindo-se intensivamente na forma como é perspectivado o indivíduo, a família, a rede social, a intervenção, o interventor e os diferentes contextos.

1.2. A Rede Social: Abordagem Histórica e Conceptual

Historicamente, este conceito encontra-se ligado à Antropologia e Sociologia e mais tarde ao Serviço Social, Psiquiatria e Psicologia (Portugal, 1995, 2007; Guadalupe, 2000, 2009).

A nível conceptual, há uma grande diversidade de conceitos e de terminologias relacionadas com a rede social, cujos contornos se assemelham ou coincidem, sendo que Leinhardt (1977 *cit. in* Portugal, 2007) considera as redes sociais uma concepção em desenvolvimento.

O conceito rede social foi desenvolvido por uma série de autores. Cabe aqui citar entre eles, Kurt Lewin (1952 *cit. in* Sluzki, 1996, 2007; Sousa, 2005b) cuja teoria de campo, incluía variáveis centradas nas relações informais. Moreno (1951 *cit. in* Sluzki, 1996; Mercklé, 2004; Sousa, 2005b; Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 2007), o criador do psicodrama, desenvolveu uma técnica sociométrica, o sociograma, para esboçar um mapa da rede de relações. Elizabeth Bott⁹ (1957 *cit. in* Sluzki, 1996, 2007; Sousa, 2005b; Portugal, 2007) demonstrou como as características morfológicas da rede social influem sobre o carácter interno de uma relação.

⁹ Segundo Portugal (2007, p. 5) “Bott defendia a ideia de que a dinâmica da estrutura familiar depende não apenas do comportamento dos seus membros, mas também das relações que estabelecem com outros, ou seja, a estrutura da rede de parentes, amigos, vizinhos e colegas tem uma influência directa na definição das relações familiares”.

Parece existir alguma unanimidade, ao nível dos vários estudos, que a noção de rede social data de 1954 e pertence ao professor inglês J. Barnes que ao estudar uma comunidade piscatória norueguesa, desenvolveu um estudo antropológico, sobre a influência das redes familiares e extra-familiares, formais e informais, reflectindo sobre a importância dos vínculos sociais extra-familiares, no dia-a-dia (Guédon, 1984; Bénoit, 1988; Sluzki, 1996, 2007; Guadalupe, 2000; Mercklé, 2004; Sousa, 2005b; Alarcão & Sousa, 2007; Portugal, 2007).

Na concepção sistémica, o conceito encontra-se intrinsecamente ligado à prática de intervenção (em rede), dos norte-americanos Ross Von Speck e Carolyn Attneave (Guay, 1984; Elkaïm, 1995; Sluzki, 1996; Guadalupe, 2000, 2009; Alarcão & Sousa, 2007; Landau, 2007), assim como a Uri Rueveni (1979 *cit. in* Sluzki, 1996; Landau, 2007) que de forma pioneira, realizava reuniões terapêuticas com a família extensa e com a sua rede de relações informais.

Speck ao levar a cabo um projecto com esquizofrénicos depreende que o insucesso da intervenção prendia-se com facto desta ser aplicada a um campo restrito, a família. Na sequência destas intervenções e depois de tomar contacto com os estudos de Barnes e Elizabeth Bott, o autor, conjuntamente com o seu grupo de trabalho desenvolveu uma técnica específica de intervenção em rede que denominou como “*técnica de trabalho de rede ou de tribo*”(Attneave & Speck, 1990 *cit. in* Guadalupe, 2000; 22), também denominada “*modelo estruturado de retribalização*” (Paixão, 1995). Speck e Attneave, no seu livro *Family Networks*, definem a rede social pela sua composição, referindo que esta inclui o núcleo familiar e todos os parentes de cada elemento, mas também amigos, vizinhos, colegas de trabalho e todos aqueles pertencentes a uma igreja, escola, organização assistencial ou qualquer tipo de instituição (Attneave & Speck, 1990 *cit. in* Guadalupe, 2000), é em suma “*um casulo em volta de uma unidade familiar que serve de almofada entre esta unidade e a sociedade*” (Elkaïm, 1995, p.24).

Numa definição genérica as redes sociais são consideradas como “*sistemas particulares de relações que unem actores sociais*” (Fisher, 1977 *cit. in* Guédon, 1984, p. 17). Wellman, em 1982 (*cit. in* Portugal, 2007, p. 6) definiu o conceito rede social referindo que esta pode ser vista “*como conjuntos de nós (ou membros do sistema social) e conjuntos de laços que representam as suas interconexões*” entre esses nós, em que os nós podem ser pessoas, grupos, colectividades, empresas ou outras instituições.

A rede social assume diferentes formas, de acordo com o tipo de laços e de actores sociais implicados, fornecendo um espaço onde os papéis são activados e valorizados, sendo que o indivíduo é compreendido, como um elemento interactivo num conjunto de “*parceiros sociais*” (Guadalupe, 2003, p. 69).

Segundo Navarro (2004) a rede social é o conjunto de relações sociais que nos diferentes projectos de vida e com diferentes graus de significância vinculam um sujeito aos outros. Esta ao longo do ciclo vital configura-se como um processo permanente de construção individual e colectiva e os seus efeitos sobre a saúde e bem-estar estão provados em diferentes estudos (Homes, 1956 *cit. in* Alarcão, 1998; Barrón, 1988 *cit. in* Chambo, 1997; Sockza & Nunes, 1989; Dias, 1998; Guadalupe, 2000; Sluzki, 2000; Gonçalves, 2003; Silvestre, 2003; Alarcão & Sousa, 2007; Smith & Christakis, 2008).

Como afirma Sluzki (1979 *cit. in* 1996, p.42) e Steinmetz (1988, *idem*) “*a rede social corresponde ao nicho interpessoal da pessoa que contribui substancialmente ao seu próprio reconhecimento como pessoa e da imagem de si. Constitui-se como uma das chaves centrais da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e protagonismo ou autoria, incluindo... a capacidade de adaptação numa crise*”.

Os elementos que compõem a rede social pessoal são organizados em quatro quadrantes principais: família, amigos, relações comunitárias e relações de trabalho (Sluzki, 1996, 2000, 2007). A rede social pessoal centra-se no individual e foca-se na relação com os outros sistemas relacionais (perspectiva ecológica). É centrada no individual, porque a rede social é (re) construída com base na informação disponibilizada por um indivíduo e contempla uma perspectiva ecológica, pois inclui os diferentes grupos e sistemas que nos rodeiam (Sluzki, 2000).

Sockza e Nunes (1989) apontam aspectos positivos relativos às redes sociais, tais como, o sentimento de ser amado, valorizado, a pertença a teias de comunicação e obrigações recíprocas que levam os indivíduos a escapar da solidão e do anonimato. Navarro (2004) comunga desta ideia referindo que as relações na rede social contribuem para a integração e

para a ausência de isolamento¹⁰. Dentro deste universo colectivo as pessoas têm hipótese de partilhar as suas experiências e as suas leituras acerca da realidade. Assim, constroem conjuntamente novas narrativas e esta construção tem a capacidade de transformar o problema individual, num problema partilhado (Alvarez, 1995).

Na perspectiva de Mitchell e Trickett (1989), Marsella e Snyder (1981) (*cit. in* Coimbra, 1990) a análise das características da rede social pode constituir-se como um instrumento de conhecimento da qualidade das relações, em contextos mais latos. Assim através desta análise, podemos superar uma visão individualista, pois “*o indivíduo não é apenas um indivíduo, mas também um membro de diferentes círculos, especialmente numa sociedade moderna e complexa*” (Nowak, 2001, p. 152).

Embora seja possível rever nestes conceitos os aspectos fundamentais da conceptualização das redes sociais, existem, porém, múltiplas concepções relativas ao conceito. Uma colocam a tónica em aspectos como a composição e a estrutura, outras nos seus objectivos e funções, e ainda outras incidem nas características individuais dos membros ou nas relações estabelecidas entre os indivíduos. Tal facto conduz à definição de diferentes tipologias.

1.2.1. Rede Primária e Rede Secundária

A diferenciação da rede social primária e secundária assenta, geralmente, no tipo de vínculos relacionais existentes entre os membros da rede social, no entanto muitos outros aspectos as distinguem (Guadalupe, 2003, 2009).

Neste sentido, as redes primárias fazem referência ao conjunto natural de sujeitos que interactivam uns com os outros, no seu meio (Guédon, 1984). É constituída por indivíduos que têm afinidades pessoais num quadro não institucional (informal), como é o caso das relações entre familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho/estudo (Guadalupe, 2003, 2009; Alarcão & Sousa, 2007). Para além disso, os vínculos estabelecidos são principalmente de carácter afectivo (positivo ou negativo), não existindo obrigação na relação ou formalidade e quanto ao seu dinamismo, flutuam, pois não apresentam sempre a mesma configuração

¹⁰ Sluzki (1996, p. 72) refere ainda, que “a pobreza de relações sociais constitui um factor de risco para a saúde”

(Guadalupe, 2000, 2003, 2009; Alarcão & Sousa, 2007). João Arriscado Nunes (1995, p. 10) refere que as redes primárias são configurações de relações correspondentes ao nível primário de apropriação do mundo e de constituição da identidade, funcionando como “*lugares de ancoragem no tempo e no espaço*”, podendo por isso modificar-se ao longo do tempo e reagir à mobilidade espaço-temporal das relações interpessoais.

A rede secundária corresponde ao conjunto de pessoas que se relacionam para cumprirem uma dada função num quadro institucional, pelo que implica relações de prestação de serviços ou com objectivos funcionais, marcadas por laços formais (Guadalupe, 2003, 2009; Alarcão & Sousa, 2007). Neste sentido, as instituições sociais poderão ser percebidas como redes sociais, pois são fundadas em relações entre unidades sociais (indivíduos ou grupos), tendo como objectivo essencial, responder a exigências funcionais, fornecendo serviços (Guédon, 1984). Segundo Castillo (1997 *cit. in* Matos & Sousa, 2006, p. 2) a rede social secundária poderá ser apelidada de rede institucional ou assistencial e “*considerada como uma instância de controlo social ou um lugar de reflexão possível sobre trabalho social inovador*”, pode ainda, ser considerada como formal ou informal, consoante a existência de, um carácter mais ou menos oficial e estruturado, uma divisão rígida dos papéis, as relações no seu seio e os seus objectivos (Guadalupe, 2003, 2009).

Segundo Guédon (1984) a maioria dos indivíduos apresentam redes mistas, onde coexistem vínculos formais e informais.

1.2.2. Características da Rede Social Pessoal

A rede social pessoal, segundo Sluzki (1996, p. 45) pode ser caracterizada através das suas características estruturais - “*propriedades da rede no seu conjunto*”, características funcionais - “*tipo prevalecte de intercâmbio interpessoal de vínculos específicos*” e atributos de cada vínculo - “*propriedades idiossincráticas de cada relação*”.

1.2.2.1. Características Estruturais

Tamanho da Rede

O tamanho é indicado pelo número de pessoas que constituem a rede social pessoal e que mantêm contactos sociais entre si (Barrón, 1996). Este pode considerar-se pequeno, médio ou grande.

As redes de tamanho médio¹¹ são as mais eficazes, quando comparadas com as redes pequenas ou grandes, os valores médios na população geral apontam entre 13-20 elementos, (Guadalupe, 2000; Silvestre, 2003; Peixoto, 2001; Simões, 2002 *cit. in* Alarcão & Sousa, 2007).

As redes pequenas tendem ser pouco eficazes em situações de tensão de longa duração, podendo os membros evitarem os contactos para se defenderem da sobrecarga, no entanto estas redes tendem a ser menos eficazes, comparativamente com as redes mais numerosas (Barrón, 1996).

As redes muito grandes arriscam-se à inacção, uma vez que os elementos são levados a pensar que outros elementos da rede já se encontram assumir estas funções, principalmente “nas situações de cronicização do problema” (Sluzki 1996, 2007; Alarcão & Sousa, 2007, p. 359).

Densidade da Rede

Segundo Sluzki (1996, 2007), a densidade trata-se da relação entre os elementos, independentemente do sujeito focal, ou seja a interconexão ente os membros da rede social (Barrón, 1996). Esta interconexão pode ser alta, média ou baixa (Sluzki, 1996, 2007). O nível médio aumenta a eficácia do grupo ao permitir a comparação entre as impressões e opiniões trocadas, fomentando o bem-estar, por apresentarem características que facilitam a adaptação e a mudança. O nível muito alto favorece o “*controle*” dos elementos pela pressão exercida para adaptação às regras do grupo (Guay, 1984, p. 55), podendo levar os membros que se

¹¹ O número de elementos das redes de tamanho médio, ainda não se encontra seguramente definido, devido à falta de estudos sistemáticos, assim como por variações introduzidas pelas crises normativas e pela sua relação com outras variáveis como: a inserção no mercado de trabalho, a doença ou as migrações (Alarcão & Sousa, 2007; Guadalupe, 2009).

desviam das normas à exclusão da rede, contribuindo para uma menor satisfação dos seus elementos (Hirsch, 1980 *cit. in* Barrón, 1996). Outro inconveniente mencionado por Guay (1984, p. 56), relativamente a este tipo de interconexão, é a “*pouca abertura ao exterior*”, existindo, por isso poucas hipóteses de renovar práticas e comportamentos.

O nível de densidade baixo diminui a eficácia da rede, por falta do efeito potenciador de comparação (Sluzki, 1996).

De acordo com, Guay (1984) a partir das conexões entre os elementos podem definir-se as redes como coesas (densidade alta), fragmentadas (densidade média) e dispersas (densidade baixa).

A *rede coesa* é composta por um grande grupo indiferenciado, onde todos se conhecem, “*não existindo subgrupos independentes*” e é considerada como típica dos meios rurais (Guay, 1984, p. 53). Neste tipo de rede a mobilização de recursos processa-se de forma rápida e o apoio emocional é fornecido de forma (quase) ilimitada (*idem*). No entanto, devido ao alto nível de densidade entre os elementos pode “*mostrar-se menos efectiva pelo grau de controlo, conformismo e pressão*” (Alarcão & Sousa, 2007, p. 360).

A *rede fragmentada* é composta por pequenos subgrupos, geralmente, entre “*três a cinco*” (Guay, 1984, p. 56), relativamente independentes entre si, sendo que o contacto entre os membros são pouco frequentes e a conexão entre si é rara. Este tipo de rede oferece uma variedade de apoio e de recursos diferentes (*idem*), sendo o que demonstra mais conformidade com a sociedade urbana, pois é mais flexível (Corin, 1983 *cit. in ibidem*) e promove a privacidade do espaço individual e familiar (Guadalupe, 2000, 2009; Alarcão & Sousa, 2007).

A *rede dispersa* caracteriza-se pela ausência de conexão entre os seus elementos, embora possam existir interligações (no domínio das relações familiares). Este tipo de rede pode desorganizar-se na ausência da pessoa central, sendo que a manutenção da rede passa pela ocorrência de contactos frequentes entre as diversas partes. O autor refere ainda, que uma das características das redes de densidade baixa é a “*reduzida reciprocidade*” entre os seus elementos (Guay, 1984, p. 63).

Composição ou Distribuição da Rede

Esta característica estrutural é referida como aquela que define o tipo de rede social. A composição da rede trata-se da proporção total de membros da rede que se encontram em cada

quadrante e em cada círculo, sendo que Sluzki (1996, 2007) apresenta uma configuração da rede sectorizada em quatro quadrantes principais: a família, as amizades, as relações laborais ou escolares e as relações comunitárias (no qual se incluem as relações com os serviços de saúde e com os serviços sociais).

A composição da rede permite-nos, portanto, identificar se a sua distribuição é localizada ou ampla. As redes demasiado localizadas num determinado círculo ou quadrante são menos flexíveis e eficazes, do que as redes mais amplas, gerando menos opções para os seus membros e mais dependência (Sluzki, 1996, 2007; Guadalupe, 2000, 2009; Alarcão & Sousa, 2007). No entanto, as redes demasiado amplas (quando homogéneas) demonstram mais inércia (Guadalupe, 2000, 2009; Alarcão & Sousa, 2007).

O mapa de rede social pessoal desenvolvido por Sluzki, é um instrumento que permite representar graficamente e analisar a rede social, ao nível das suas características estruturais, representando-a no eixo sincrónico¹². Os círculos em torno do indivíduo (localizado ao centro) representam o grau de proximidade e intimidade, no qual se incluem todos os elementos com os quais o sujeito central interage (Figura 2).

Figura 2. Mapa de Rede Social Pessoal

¹² Segundo, Relvas (1996, p. 29) o eixo sincrónico refere-se ao espaço “*eminente relacional*” e revela-se através das “*relações entre os seus membros, nas suas alianças e limites, no tipo e modos de comunicação*” e assim, desenvolvem-se as normas e padrões de interacção que caracterizam uma determinada família, grupo ou comunidade.

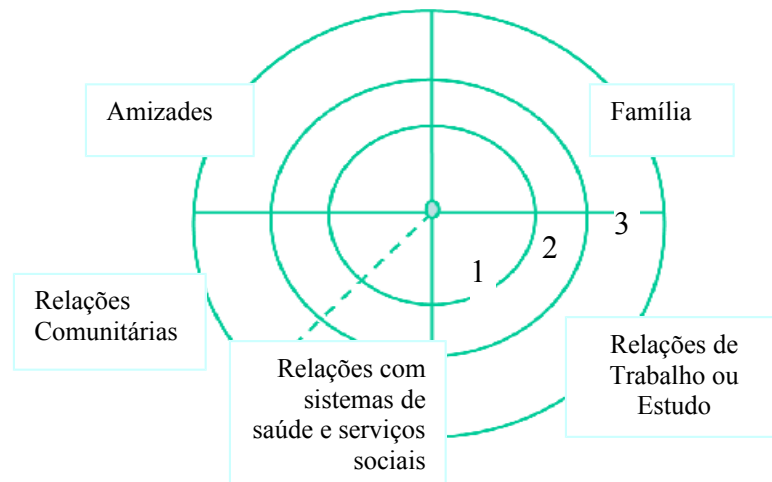


Figura 2: Mapa de Rede: 1) Relações próximas, com contacto quotidiano; 2) Relações sociais, com contacto pessoal, mas com menor grau de compromisso; 3) Relações com conhecidos, com contacto ocasional (adaptado de Sluzki, 2007).

Dispersão da rede

A dispersão refere-se à distância geográfica entre os membros da rede social em relação à pessoa focal, constituindo-se como um factor que afecta a sensibilidade da rede às variações do indivíduo, assim como a eficácia da velocidade de resposta, numa situação de crise (Sluzki, 1996, 2007). No entanto, para Guay (1984, p. 51) Alarcão, Sousa (2007) e Guadalupe (2009), no quotidiano existem uma variedade de recursos que permitem encurtar a distância, como o “*telefone e o automóvel*” e a *internet*, permitindo o estabelecimento de vínculos íntimos apesar de fisicamente dispersos.

Sluzki (1996, p. 47) considera que esta característica pode ser definida como “*acessibilidade*”, ou seja, “*facilidade de acesso ou de contacto, para gerar comportamentos efectivos*”.

Homogeneidade e Heterogeneidade da Rede¹³

¹³ Segundo Madalena Alarcão e Liliana Sousa (2007), esta característica estrutural é útil quando se realiza uma análise qualitativa, no entanto a multiplicidade de informação recolhida é demasiado complexa para se proceder a uma análise quantitativa.

Esta característica prende-se com as paridades e desigualdades encontradas entre os membros que constituem a rede social, ao nível de: atitudes, experiências, valores (Barrón, 1996), idade, sexo, características sociais, culturais e económicas, entre outras. Segundo Sluzki (1996, 2007), a heterogeneidade da rede oferece algumas vantagens, no que diz respeito, por exemplo ao reconhecimento de sinais de *stress* pelos seus membros, assim como a activação de diferentes recursos na rede social. As redes mais homogéneas, ao apresentarem elementos com características idênticas, segundo Brim (1974 *cit. in* Barrón, 1996, p. 15), oferecem “*interacções mais reforçantes*”.

1.2.2.2. Características Funcionais

O tipo de intercâmbio interpessoal prevalecente entre os membros da rede, determina as chamadas funções da rede social. Estas funções podem ser assumidas por um ou mais elementos e o mesmo elemento pode assumir variadas funções,¹⁴ tais como: a companhia social, o apoio emocional, o apoio informativo, a regulação social (ou controlo), o apoio material ou instrumental, apoio técnico ou de serviços e o acesso a novos contactos (Sluzki, 1996, 2007; Barrón, 1996; Guadalupe, 2000, 2009; Alarcão & Sousa, 2007).

Companhia Social

Esta função refere-se à “*realização de actividades conjuntas ou apenas o estar juntos*” (Sluzki, 2007, p. 104), pressupondo a coexistência afectiva de uma relação de partilha. Esta função ganha particular relevância junto da população idosa (Guadalupe, 2000; Sluzki, 2000) e junto da população migrante (Piselli, 1998).

Apoio Emocional

O apoio emocional pressupõe a existência de troca de atitudes emocionais positivas, como a compreensão (Sluzki, 1996), corresponde aos “*intercâmbios que conotam uma atitude*

¹⁴ Segundo Sluzki (1996, p. 54) “*as relações familiares e de amizade íntima podem cobrir simultaneamente um importante número de funções*”.

emocional positiva, clima de compreensão, estímulo e apoio” (Sluzki, 2007, p. 104). Este é o tipo de função característica das relações próximas (Guadalupe, 2009), concretizando-se através da expressão de *“amor, afecto, carinho, simpatia, empatia, estima e (ou) sentimentos de pertença”* (Barrón, 1996, p. 16), podendo os elementos contar com a ressonância emocional e a *“boa vontade”* do outro.

Apoio Informativo

A designação desta função da rede social é da autoria de Ana Barrón (1996) e refere-se ao processo através do qual as pessoas partilham informações úteis ou conselhos, no sentido de melhorar a sua compreensão e adaptação. Sluzki (1996, 2007) denomina-a aconselhamento ou orientação cognitiva (Sluzki, 1996, 2007) e refere-se às *“interacções destinadas a partilhar informação pessoal ou social”* (Sluzki, 1996, p. 50), no sentido de *“esclarecer expectativas e fornecer papéis”* (Sluzki, 2007, p. 104), pressupondo uma relação construtiva e de confiança.

Regulação Social (ou Controlo)

A regulação social refere-se às interacções que evocam e reafirmam responsabilidades e papéis, neutralizando os desvios de comportamento, que se afastam das expectativas colectivas (Sluzki, 1996, 2007). Esta é uma função que favorece a *“socialização dos indivíduos, por um lado, mas que facilita a exclusão grupal aquando do desvio.”* (Guadalupe, 2009, p. 85).

Apoio Material e Instrumental

O apoio material e instrumental¹⁵ é definido por Barrón (1996) como a ajuda nas tarefas domésticas, fornecer as refeições, cuidar dos filhos e emprestar dinheiro ou seja, tarefas práticas que têm como objectivo último a diminuição da *“sobrecarga”* do indivíduo, aliviando-o (*idem*, p. 16). No entanto, este tipo de apoio deve ser percebido como apropriado e se possível recíproco.

¹⁵ Sluzki (1996, 2007) designa esta função de ajuda material e de serviços, no entanto Ana Barrón (1996) designa-a de apoio material e instrumental, pois a autora considera que o apoio prestado pelas redes secundárias (presente na designação de Sluzki) é considerado distinto dos apoios fornecidos pelos restantes elementos da rede social.

Apoio Técnico ou de Serviços

O apoio técnico ou de serviços pressupõe uma colaboração específica, com base em conhecimentos especializados (Sluzki, 1996), sendo que esta é uma função assumida por elementos da rede secundária que estão ligados a serviços estruturados, tais como: médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos (Guadalupe, 2000, 2009; Alarcão & Sousa, 2007).

Acesso a Novos Contactos

Esta função permite ao indivíduo alargar os seus horizontes conhecendo novas pessoas, que até ai não faziam parte da sua rede de contacto. Constitui-se, portanto, como uma função potenciadora, pois possibilita conexões com outras pessoas ou redes (Sluzki, 1996, 2007) e torna possível “ *a participação em contextos sociais diferentes*” (Guay, 1984, p. 52), através da possibilidade de pertencer a redes sociais pessoais de outros indivíduos.

1.2.2.3. Atributos do Vínculo

Os atributos do vínculo analisam características particulares de cada vínculo. Destacamos os atributos das funções que prevalecem, ou seja que função ou combinação de funções caracterizam, de modo especial determinado vínculo. De acordo, com as propriedades específicas de cada relação, podemos distinguir diferentes atributos do vínculo.

Multidimensionalidade e Versatilidade

A multidimensionalidade e versatilidade permitem-nos compreender a quantidade e variedade de “*recursos existentes*” (Guadalupe, 2009, p. 85) e as funções assumidas por um determinado vínculo, sendo que este atributo tem como ideia central que “*cada vínculo na rede pode assumir várias funções*” (Sluzki, 2007, p. 105).

Reciprocidade

Este atributo do vínculo afere se duas pessoas envolvidas na relação cumprem mutuamente o mesmo tipo de funções¹⁶, ou funções equivalentes (Barrón, 1996). A reciprocidade, também designada como “*simetria - assimetria*” (Sluzki, 2007, p. 105), refere-se, também, ao grau em que os recursos existentes, numa rede social são trocados equitativamente entre as partes.

Intensidade

A intensidade ou compromisso na relação, também designada como tropismo (ou atracção entre os elementos) define o grau de intimidade entre os elementos, em relação. Este atributo permite-nos conhecer a história partilhada entre os membros, a sua carga (positiva ou negativa) e a sua durabilidade inscrevendo a rede social na sua dimensão diacrónica¹⁷ (Guadalupe, 2000, 2009).

Frequência de Contactos

A frequência de contactos ou “*periodicidade dos mesmos*” (Alarcão & Sousa, 2007, p. 363) é um atributo fundamental para a manutenção dos vínculos entre os elementos da rede social. A continuidade de contactos é vital à conservação e manutenção das relações. Segundo Sluzki (1996, 2007), quanto maior a distância, maior é a necessidade de manter activamente o contacto para reter a intensidade da relação, no entanto os vínculos mais intensos podem ser reactivados mais rapidamente, ainda que tenha decorrido muito tempo desde o último contacto.

Através da análise das características estruturais e funcionais da rede, bem como os atributos do vínculo, pode visualizar-se a rede dos indivíduos, dar indicações do modo de lhe aceder, com objectivos terapêuticos, permitindo a selecção da parte a activar, desactivar e modificar em momentos de crise. A compreensão da rede social potencia um conjunto de recursos que a pessoa pode utilizar na realização de tarefas internas ou no seu meio. O

¹⁶ Guay (1984, p. 53) refere que a “*reciprocidade não consiste numa troca de serviços do mesmo tipo*”, pois os estudos de Corin, Sherif e Bergeron (1983, *idem*) com a população idosa demonstram que estes recebem mais apoio material e instrumental e fornecem mais apoio emocional.

¹⁷ O eixo diacrónico, segundo Relvas (1996, p. 29) refere-se ao tempo “ *eminentemente histórico*”, no qual surge como fundamental o desenvolvimento dos diferentes sistemas, sempre em equilíbrio com a sua tendência para a manutenção.

indivíduo poderá necessitar da activação da sua rede primária ou secundária, ou de ambas (redes mistas), sendo que este tipo de abordagem possibilita uma maior e melhor utilização da rede social pessoal.

Os resultados de estudos realizados, em Portugal, sobre redes sociais evidenciam alguns dados de natureza relevante. Sónia Guadalupe (2000) realizou de forma pioneira um estudo sobre redes sociais e psicopatologia, através do Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal (IARSP), na sua versão original. Neste estudo avaliaram-se as redes sociais pessoais de três grupos distintos: elementos com esquizofrenia, depressão e elementos da população geral. Relativamente ao tamanho das redes dos três grupos (cada um com 30 elementos), concluiu que, em média, o primeiro grupo detinha 9 elementos, o segundo contemplava, aproximadamente 9 elementos (situados no intervalo 5 a 10 elementos) e o grupo relativo à população geral apresentava 12 elementos. No que toca ao número de elementos do quadrante das relações familiares verificou-se que o primeiro grupo tinha em média 4 elementos, o segundo 5 e o último, 6 elementos considerados significativos, neste contexto. Nas relações de amizade, o estudo de Guadalupe (2000) denotou que 64,4% da amostra (constituída por 90 elementos) demonstrava ausência deste tipo de relações. Quanto às relações de trabalho ou estudo, o grupo da população geral aparece como aquele que mais menciona estas relações (nos vários intervalos – 60%), seguido dos portadores de esquizofrenia (33,3%) e, por último os elementos com depressão (13,3%). Nas relações comunitárias ou de vizinhança, no estudo da autora, a maioria não refere ter laços significativos neste quadrante (83,5%), sendo o grupo dos portadores de esquizofrenia aqueles que mencionam menor número de elementos, seguidos da população geral e por último, encontra-se o grupo dos elementos com depressão que indicam 1 a 4 vizinhos (23,4%). Ao nível das relações institucionais, 50% dos portadores de esquizofrenia não dispõe de elementos significativos neste quadrante, seguido dos elementos com depressão (56,7%) e finalmente a população geral (60%). No que se refere, à composição da rede social, os resultados evidenciam que estas redes são maioritariamente mistas. Nos três grupos propostos pela autora, as redes de densidade alta são as que se destacam em 63,3%, sendo 34,4% da amostra tem redes de densidade média ou fragmentadas.

O estudo realizado por Silvestre (2003) sobre as redes sociais dos jovens que acedem ao ensino superior e a sua relação com a psicopatologia, demonstrou que estes apresentavam

redes de tamanho reduzido, colocando o jovem perante a sua própria solidão e capacidade de adaptação. As redes destes apresentam maioritariamente, uma densidade baixa (redes dispersas), sendo que a distribuição pelos diferentes quadrantes é irregular. Ao nível das trocas equitativas, os jovens, na maioria, percebem que as trocas são menos simétricas.

Passaremos agora a debruçar-nos sobre os resultados obtidos, num estudo realizado por Nunes (2008), através do mesmo instrumento utilizado por nós, o Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal – Revisão Sumária (IARSP-RS). O estudo versa sobre a rede social pessoal do idoso, sendo a amostra composta por 16 idosos. Relativamente ao tamanho da rede, em média existem 6 pessoas significativas nestas redes. O tamanho do quadrante das relações familiares tem em média (aproximadamente) 4 elementos, seguido do quadrante das relações institucionais, com um elemento significativo, seguido do quadrante das relações de amizade (1 elemento) e por último, encontra-se o quadrante das relações comunitárias, com uma reduzida expressividade. A densidade apresentada pelos elementos é alta, correspondente a redes coesas e a composição das suas redes é maioritariamente, primária (75%). As características funcionais apuradas revelam que o apoio emocional é percebido de forma muitíssimo elevada, seguido dos apoios informativo e apoio material e instrumental. A média dos contactos entre os elementos das redes dos inquiridos traduz-se “em algumas vezes por semana” e a reciprocidade é percebida positivamente pela maioria dos elementos (50%, dá apoio à maior parte destas pessoas).

1.3. A Família Multiproblemática ou Multidesafios: Abordagem Histórica e Conceptual

Durante muitos anos, a ciência não expressou interesse pela investigação das pessoas consideradas socialmente desfavorecidas ou pobres, estando o seu cuidado a cargo das

instituições religiosas. De acordo, com Liliana Sousa (2005a) só nos finais do século XIX é que o conceito de pobreza começa a ser debatido, sendo que nessa altura considerava-se pobre aquele cujo trabalho não garantia o próprio sustento. Daí que o conceito - família multiproblemática - só apareça por volta de 1950, nos trabalhos de investigadores e profissionais dos países anglo-saxónicos, no âmbito do trabalho social (Scott, 1959 *cit. in* Linares, 1997) tendo sido, pouco mais tarde absorvido, para a saúde mental (Mazer, 1972 *cit. in* Sousa, 2005a), sendo uma designação bastante recente nas Ciências Humanas (Linares, 1997; Martínez, 1999).

Inicialmente, referia-se a famílias de baixo estatuto sócio-económico (Cancrini, Gregório & Nocerino, 1997), no limiar da pobreza, não se referindo a relações inter e intra sistema familiar (*idem*). Temporalmente, encontra-se ligado às transformações da sociedade industrial¹⁸ e associado a estas transformações sociais surge o Estado Providência, de modo a colmatar diferentes necessidades sociais, apoiado em ideias e obrigações de solidariedade. Esta conjuntura fez com que a realidade familiar se alterasse, pois quando as famílias mais pobres (ou carentes) começaram a receber apoio estatal viram o seu espaço privado familiar reduzido (Linares, 1997; Martínez, 1999).

A nível conceptual, diferentes autores definiram múltiplas designações associadas às famílias multiproblemáticas ou multidesafios (Cancrini, Gregório & Nocerino, 1997; Summers, McMann & Fuger, 1997; Martínez, 1999; Paugam, 2003; Gonçalves, 2007; Sousa, 2005a; Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007), como é possível observar no Quadro 1, abaixo apresentado.

Quadro 1. Designações associadas à Família Multiproblemática ou Multidesafios

Designações das famílias	Autores	Definição
Associais	Voiland, 1962	Famílias com comportamento socialmente

¹⁸ A revolução industrial provocou profundas alterações na organização do trabalho, os mais desfavorecidos incorporaram-se no mercado laboral, uma vez que não necessitavam de estar vinculados à terra, nem de ter conhecimentos artesanais e nesta fase a marginalidade começa a ser objecto de interesse científico. Ainda nesta altura, despoletou uma crise na família patriarcal, a família extensa separa-se da família nuclear, para poder adaptar-se às limitações do espaço, nascendo uma nova concepção de casal e de intimidade familiar (Linares, 1997; Martínez, 1999).

		desviante.
Desmembradas	Minuchin <i>et al</i> , 1967	Famílias com limites rígidos no seu interior e difusos na relação com o exterior.
Isoladas	Powel & Monahan, 1969	Famílias com ausência de suporte social em situações de crise, independentemente da classe social, levando-as ao retraimento social.
Suborganizadas	Aponte, 1976; 1981	Famílias com graves carências, na sua organização estrutural familiar e no desempenho de papéis familiares.
Excluídas	Thiorny, 1976	Famílias perceptíveis pela separação em relação aos contextos institucional e social.
Multiparentais	Fulmer, 1989	Famílias em que a função parental se degrada, por de dispersar por várias figuras internas e externas.
Em permanente crise	Kagan & Schlosberg, 1989	Famílias em constate crise, sem períodos de estabilidade.
Multicrise	Minuchin, 1995	Famílias que vivem crises sucessivas.
Diluídas	Colapinto, 1995	Famílias que deixam de usar os seus recursos, em resultado da transferência de funções familiares para os serviços sociais.
Multiassistidas	Reder, 1985; Imber-Black, 1988; Felzenszwalb, 1991; Linares, 1997; Minuchin & Colapinto, 1998; Paugam, 2003	Famílias que recebem apoios de diversos serviços e profissionais, geralmente pouco coordenados ou fragmentados.
Multiproblemáticas	Christofas, 1985; Kaplan, 1986; Imber-Black, 1988; Cancrini, Gregório & Nocerino, 1997; Alarcão, 2000; Sousa, 2005 ^a	Famílias caracterizadas por: presença de comportamentos problemáticos graves e estáveis no tempo, em vários membros; insuficiência grave nas actividades funcionais e relacionais da família; fragilidade dos limites inter-sistémicos e relações de dependência com os serviços.
Multidesafios	Summer, McMann & Fuger, 1997	Famílias que enfrentam múltiplos desafios ou múltiplas necessidades de mudança.
Cronicamente	Minuchin, Colapinto,	Famílias cuja disfuncionalidade é transgeracional,

Quadro 1. Designações associadas à Família Multiproblemática ou Multidesafios (continuação)

disfuncionais	1998	reproduz-se e perpetua-se no espaço e no tempo da vida familiar.
Multistressadas	Madsen, 1999	Famílias que vivem permanentemente em situações de <i>stress</i> ou tensão.

Segundo, Martínez (1999), as diferentes designações e descrições colocam-nos algumas questões científicas, pois ao **descrever as características disfuncionais** das famílias podemos tornar-nos reduccionistas, ao ponto de nos concentrarmos demasiado nos elementos deficitários do seu funcionamento, portanto arriscamo-nos a contribuir para a redução das suas possibilidades de progredir, concretizando-se uma “*profecia auto-confirmatória*” (Watzlawick, 1998 *cit. in* Gonçalves, 2007, p. 18).

Segundo Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) a **definição mais apropriada** será família multiproblemática pobre, uma vez que o conceito de pobreza, não se associa somente a dificuldades financeiras. A **pobreza** é uma “*situação de privação resultante da falta de recursos*” (Costa, 1998, p.47). O acesso (dificultado/ facilitado) à educação, à formação profissional, à habitação e ao mercado de trabalho podem constituir-se como factores de desamparo ou protecção para o indivíduo, aproximando-o ou afastando-o do Ciclo da Pobreza. Bruto da Costa (1998) aponta ainda, como factores determinantes: os problemas psicológicos ou mentais e também, os problemas conjugais e familiares. As consequências da pobreza são várias e manifestam-se em diferentes níveis, afectando: condições e estilos de vida, relações sociais, motivações, saúde, identidade social e pessoal, podendo interferir no sentido da vida (OIT, 2003; Amartya, 2009). Relativamente às famílias multiproblemáticas, geralmente o que as tipifica é a presença de uma cadeia de problemas que afectam vários elementos da família e o estilo caótico de interacções (Linares, 1997; Alarcão, 2000; Sousa, 2004)

No entanto, outro conceito – **família multidesafios** – da autoria de Summers, McMann e Fuger (1997), parece ser na nossa opinião um dos mais adequados, no que concerne à descrição destas famílias, pois este descreve: “*famílias que enfrentam múltiplos desafios ou múltiplas necessidades de mudança*” (*idem*, p. 33), considerando que um problema pode ser

encarado como um desafio (Sousa & Ribeiro, 2005), amplificando, assim o potencial resiliente da família. Habitualmente, estas famílias são observadas com as “*lentes do défice*” (Madsen, 1999 *cit. in* Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007, p. 42), pois existe uma visão centrada nos seus problemas, o que faz com que seja difícil perspectivar soluções. As principais características destas famílias são o enfrentar de múltiplos desafios, crises crónicas, alienação ou afastamento (não confiança nos outros), desesperança (apreendida) e baixa auto-estima, como é possível observar no quadro abaixo traduzido e adaptado do artigo científico *Critical Thinking*, de Summers, McMann e Fuger (1997).

Quadro 2. Características da Família Multidesafios

Características da Família Multidesafios	Descrição
Múltiplos desafios a longo prazo	Desafios Internos Abuso de substâncias Diagnósticos duais (por parte dos serviços) Baixa escolaridade Desafios Externos Pobreza crónica a longo termo Falta de apoio dos serviços Falta de recursos

Quadro 2. Características da Família Multidesafios (continuação)

Crises crónicas e penetrantes	Crise pode “animar” a rotina das suas vidas Crise como normativa ou “normalizada” Crise pode ocultar a dor da família
Alienação/ afastamento	Ausência de confiança Ausência de empatia
Desesperança apreendida e baixa auto-estima	Inabilidade para identificar competências Ausência de suporte social Extrema passividade

Surgem assim, da revisão literária efectuada, alguns padrões da dinâmica familiar, tais como défices na relação intra e inter sistemas, traduzindo-se em insuficiências, ao nível dos serviços de apoio formal. A continuidade ou permanência nas ocorrências adversas da situação familiar deficitária é recorrente. Estas famílias são caracterizadas, frequentemente, pela sucessão de crises e problemas que enfrentam, sendo estes graves e ocorrendo em simultâneo, reforçando-se quer na gravidade, quer na emergência de novos problemas (Summers, McMann & Fuger, 1997; Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007). A transgeracionalidade do padrão da história familiar são aspectos que podem explicar esta cronicidade (Ausloos, 1996).

As crises sucessivas e problemas que enfrentam reforçam as suas trajectórias labirínticas¹⁹ e fronteiras permeáveis (Summers, McMann & Fuger, 1997; Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007), pois estas crises são vivenciadas como normativas. A crise pode ser interpretada como uma forma de “distracção” e de evitamento, no que concerne à gestão da dor e dos problemas. A concentração no problema e no seu conteúdo descentra a atenção do padrão de funcionamento inadequado que mantém as dificuldades (os múltiplos problemas) (Summers, McMann & Fuger, 1997).

Para Bronfenbrenner (1979 *cit. in* Cunningham & Henggeler, 1999, p. 265) os problemas são multideterminados, pois são influenciados por variáveis cognitivas, capacidades, competências, relações familiares, interacções precoces, variáveis escolares, redes sociais de apoio e comunidades (e seu contexto). Os problemas das famílias abrangem diferentes áreas, tais como: emprego, gestão financeira, habitação, relações familiares, relações sociais, rendimento e saúde (Costa, 1998; Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007). Os recursos materiais e emocionais são escassos e permanentemente desgastados. O tempo, em particular o tempo da mudança é um (outro) aspecto importante a considerar, pois perante as crises sucessivas e, uma vez que famílias que mudam mais rapidamente, tendem a “esquecer-se” de parte da história familiar e de como foram resolvidos os diferentes

¹⁹ Summers, McMann e Fuger (1997, p. 37) referem-se às trajectórias labirínticas como oscilações ou balouçar, referindo que estas famílias “*movem-se para trás e para a frente, nestes parâmetros limitados*”, mantendo-se o fenómeno ao longo do tempo e nas diferentes gerações.

problemas, em tempos anteriores. Podemos dizer, que a perda da discussão diacrónica da história familiar limita a identificação e amplificação de resoluções (Ausloos, 1996).

Os **aspectos sociais**, em especial, quando associados à pobreza ou marginalização atingem sempre o agregado familiar inteiro: bebés, crianças, adolescentes, adultos e idosos. Cada um dos participantes vive o problema de acordo com o estágio próprio do seu ciclo de vida (Fulmer, 1995; Bénoit, 1997; Summers, McMann & Fuger, 1997; OIT, 2003; Amartya, 2009).

As famílias multiproblemáticas *“são um exemplo claro de famílias de estratos sócio-económicos geralmente carenciados”* (Alarcão, 1998, p. 96). Estas são, habitualmente, referenciadas como **multiassistidas**²⁰ e os inúmeros problemas que vivem atraem um conjunto de instituições.

Os **serviços sociais** estando quase sempre organizados por áreas de intervenção, fazem com que estas famílias acumulem relação com vários técnicos e instituições e na maioria das vezes, o pedido de intervenção não é realizado pelo sistema familiar, mas por terceiros. Todas estas características podem constitui-se como limitações à própria intervenção (Sousa, 2005a). O inconveniente é evidente: os membros da família apoiados pelo exterior e envolvidos em relações de apoios múltiplos e incongruentes contactam menos uns com os outros. Deixam de utilizar os recursos das suas relações recíprocas, resultando em dificuldades para o sistema familiar devido a influências exteriores e descoordenadas (Matos & Sousa, 2006). Os técnicos interferem em função dos imperativos que lhes são colocados, bem como no âmbito da sua autoridade profissional (Bénoit, 1997). Portanto, é possível compreender que a relação destas famílias com as redes secundárias pode acarretar alguns riscos.

A investigação tem dado pouca importância às redes sociais da família multiproblemática, principalmente no que concerne às redes sociais primárias. Segundo Sousa (2005b), as redes sociais das famílias multiproblemáticas são tipicamente homogéneas, não apresentando grande diversidade ao nível das características dos seus elementos. Esta característica pode revelar-nos que *“os membros da rede social, geralmente partilham e reforçam normas e comportamentos parentais negligentes”* (*idem*, p. 185). Summers,

²⁰ Os estudos de Liliana Sousa (2005b, 2007, p. 61) apresentam dados que contrariam a multiassistência, por parte destas famílias, referindo que *“uma parte dessas famílias vive a multiassistência, mas outros dois grupos podem ser delineados: aqueles que nunca receberam ajuda formal e os que a acolheram pontualmente, mas continuam em condição vulnerável”*.

McMann e Fuger (1997) comungam desta ideia, pois consideram que as redes de suporte das famílias multidesafios contemplam indivíduos com experiências semelhantes, ou seja, pessoas que vivem crises sucessivas, que possuem dificuldades em desenvolver laços sólidos de confiança, pois *“as suas vidas foram uma longa série de rejeições abandonos, promessa quebradas, que envolvem os pais, os amigos e outros significativos”* (idem, p. 39).

Estas redes são, geralmente, constituídas por elementos próximos e instáveis que apoiam insuficientemente o indivíduo, pois não promovem entre si, o apoio informativo, o apoio emocional e o apoio material ou instrumental (como por exemplo, auxílio nos cuidados parentais). A rede social destas famílias é, tendencialmente, mais marcada por posturas críticas, do que por apoios, apesar das interações serem frequentes (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007). Para Vega (1997) outro desafio passa pela existência da rede secundária, pois esta pode levar à substituição da rede natural da família, pois como refere Alarcão (1998, p. 101) *“malha a malha, indivíduos, famílias e comunidades podem construir uma solidariedade protectora desde que não se abafe o potencial construtivo de cada malha, nem se super institucionalize a tecelagem”*.

No estudo das redes sociais, confirma-se que as redes informais podem desempenhar um papel mais relevante que as redes secundárias (Imber-Black, 1988; Elkaïm, 1987 cit. in Alarcão, 1996), contribuindo para um desenvolvimento salutar da família (ao longo do seu ciclo vital) e dos grupos, daí que seja necessário repensar o papel dos grupos, das redes sociais que partilham experiências comuns e dos técnicos que intervêm com a família multiproblemática.

1.3.1. Intervenção com a Família Multiproblemática ou Família Multidesafios

A terapia sistémica considera o técnico como parte integrante do sistema de intervenção. O observador é observado e também, observa a interação, o que implica um olhar *meta* e o reconhecimento de que a realidade é construída. Heisenberg dizia *“o que observamos não é a natureza em si mesma, é a natureza exposta ao nosso método de interrogação”* (cit. in Gonçalves, 2007). Kaslow (2001) assinala como vital, a necessidade de um processo contínuo de trabalho, do profissional sobre si mesmo. Auto-reflectindo e fazendo

uso de si, o profissional converte-se num instrumento da relação, num processo de co-participação com o sistema familiar que necessita de intervenção.

De acordo com, Liliana Sousa (2005a), o trabalho com a família multiproblemática implica ao profissional treino, ao nível do conhecimento sobre si mesmo e sobre as diferentes problemáticas sociais. Este treino resulta na aprendizagem técnica do uso do seu *self*. Neste sentido, Powell, Batsche, Ferro, Fox e Dunlap (1997) referem que o técnico de acompanhamento deve questionar-se sobre - o que é uma família? – pois, na abordagem defendida pelos autores (baseada nas competências e apoio²¹), a família não pode ser vista como algo estático ou predefinido.

O técnico deve constituir-se como catalisador de mudança e detector de necessidades, utilizando-se como instrumento para criar uma informação diferente, não assumindo uma atitude substitutiva, em relação à família. Encontramos, por vezes, uma tendência dos técnicos para substituir os pais, o que pode tornar-se um obstáculo às relações profundas, delicadas e duradouras entre pais /filhos. Esta atitude dificulta, principalmente, a emergência da activação das competências das famílias (Ausloos, 1996), resultando na sua desresponsabilização.

De acordo com os autores, Summers, McMann, Fuger (1997), Powell e colaboradores (1997) os elementos das famílias são os grandes *experts* nos seus problemas, pois detêm um conhecimento íntimo e singular dos mesmos, que não pode ser absorvido ou duplicado pelos serviços. Quando a intervenção não se baseia neste princípio, povoam-se sentimentos de incompetência na família, despoletando posturas de secretismo e defesa perante a ameaça velada ou concreta, por exemplo, de que lhes tirem os filhos (Doherty & Beaton, 2000). De acordo com, Summers, McMann e Fuger (1997) a ausência de confiança e empatia para com o profissional pode ser combatida através de atitudes persistentes e consistentes por parte deste e atitudes de não julgamento, capacitando estas famílias de modo a obterem ajuda concreta.

Certas práticas dos serviços sociais tendem a promover aquilo a que Colapinto (1995) chamou de diluição do processo familiar nos sistemas sociais. Esta situação é difícil de erradicar, pois tem raízes numa cultura que promove a transferência de funções das famílias para os serviços que as apoiam. As famílias envolvidas nesta cultura colaboram com os serviços na diluição. A intervenção na vida familiar pode levar, assim, a que as conexões entre

²¹ A abordagem baseada nas competências tem como princípio filosófico a optimização das características do ser humano, a todos os níveis: sentimentos de pertença, amor, estima e auto-capacitação (*vide* Powell, Batsche, Ferro, Fox e Dunlap, 1997)

os membros da família se vão perdendo. O efeito de diluição é ainda superior quando as dificuldades relacionais da família são divididas e indicadas para tratamentos em serviços diferenciados. Quanto mais serviços estão envolvidos, mais difícil se torna para a família reunir os vários fragmentos do processo, uma vez que cada instituição protege os seus serviços da interferência dos outros. Ao proteger os objectivos do programa de intervenção, reduz-se o volume da intensidade da interacção familiar, favorecendo o domínio fragmentado das interacções com serviços especializados (*idem*). Imber-Black (1988) refere que a descoordenação e fragmentação dos serviços parece existir também no domínio das redes informais (primárias), pois os apoios têm origem em diferentes fontes e é a família quem gere estes recursos.

Como, geralmente, um problema não está sozinho a primeira identidade alertada vai solicitando a intervenção de outras, o que no fim de pouco tempo, pode resultar no envolvimento de vários técnicos. Neste contexto, pode afirmar-se que raramente se encontram famílias “virgens” no que toca às relações com os serviços sociais, sendo que estas são muitas vezes, referidas com famílias multiassistidas (vide Sousa, 2005b), uma vez que se relacionam com uma multiplicidade de técnicos e serviços (Matos & Sousa, 2006).

O tipo de intervenção e relação são indicadores-chave do decurso do processo. A co-construção da intervenção é uma iniciativa que representa mais do que acções propostas a um determinado grupo, mas uma intervenção construída com um determinado sistema, tendo em linha de conta, as suas características únicas, assumindo na prática que a mudança surge da negociação (Matos & Sousa, 2006). É frequente que o técnico e família actuem como se o primeiro estivesse na posse da solução para as dificuldades familiares, permitindo à família delegar funções a quem pensa ter a resposta ou solução (Cunningham & Henggeler, 1999). No entanto, sabemos que sendo o sintoma a comunicação de algo disfuncional na relação familiar (ou com outros sistemas), a solução para o problema encontrar-se-á nessa família específica (ou no seu contexto específico) (Ausloos, 1996).

Segundo Imber-Black (1988), a avaliação das famílias envolvidas com os “sistemas mais latos”²² deve pressupor uma perspectiva macrosistémica para explorar e decidir quem participa dos cuidados prestados e quem pode e deve ser incluído na intervenção. Conceptualmente, esta estratégia associa-se à noção de “*sistema gerado pelo problema*”

²² Imber-Black (1988) refere-se a “larger systems”, para designar os sistemas envolventes.

(Goolishian & Anderson, 1981 *cit. in* Sluzki, 1996, p. 69) e abarca todos os que participam na construção, identificação e tratamento do problema, ou seja, todos aqueles que, com as suas acções, contribuem para definir e redefinir a família e os problemas como multiproblemáticos ou multidesafiantes.

Vários autores referem diferentes propostas para a melhoria da prática de intervenção, que passaremos a descrever.

Os autores do conceito – família multidesafios – propõem diferentes estratégias para uma intervenção eficaz com estas famílias: avaliação e implementação de planos de acção; apoio à família; gestão do processo institucional; colaboração com outros profissionais (melhorar a comunicação e consistência de intervenções); partilha de informação relevante com a família; envolvimento com as redes de apoio; gestão de recursos; treino de competências parentais e de resolução de problemas; e por último, aconselhar, fornecendo suporte prático (Summers, McMann, Fuger, 1997).

Cunningham, Heggeler (1999) e Powell (et al., 1997) referem que uma parte vital da intervenção funcional, passa pela identificação de competências na família e sua capacitação, de modo a serem optimizados os seus recursos.

Rojano (2004) comunga desta ideia, colocando como um dos objectivos centrais da intervenção a (re) criação escrita da história da pessoa, no sentido de encontrar com ela, os aspectos positivos e competências na sua história de vida, tentando assim, contribuir para uma narrativa menos saturada de problemas.

Estes contributos teóricos tratam-se de algumas ideias que “deixamos no ar”, pois cada um de nós tem uma linguagem, o seu procedimento técnico, o seu mandato e para além disso, o seu meio familiar pessoal cujas imagens podem ser reactivadas por algumas situações (Benoit, 1997). O profissional compreende que as necessidades e motivações dos membros da família devem ser definidos e representados por ambos, de modo a ser discutido qual o melhor curso de acção para a família sendo que a compreensão do meio e do contexto sócio-cultural onde ocorre a relação é determinante (Leal, 2000).

De forma geral, pensamos que família e profissional, através da cooperação deveriam pensar conjuntamente uma intervenção colaborativa e eficaz, contemplando as características idiossincráticas de cada família, e os sistemas mais latos onde estas se inserem.

A família é o elo central do processo de intervenção, pois detém um conhecimento profundo das suas singularidades, daí que a sua desresponsabilização se constitua como um verdadeiro obstáculo à sua autonomia e funcionamento. As famílias devem ser incluídas como os “actores principais” na construção, identificação de recursos e resolução dos problemas.

Ao profissional compete um processo contínuo de trabalho sobre si mesmo, sendo a auto-reflexão, a negociação e partilha de informações (com a família), a colaboração (família e profissionais, o não julgamento, a não substituição (dos papéis familiares), a criação de informação diferente e a constante actualização de conhecimentos, exemplos de como o profissional se pode converter num instrumento da relação de intervenção.

Em parceria, família e técnico deveriam debruçar-se sobre o padrão que liga os problemas, utilizando estrategicamente as informações recolhidas, de modo a activar competências e recursos das mesmas. Ambos não devem contribuir para a diluição do processo familiar nos sistemas sociais, sendo incentivado o reforço dos laços internos sistema familiar.

2. Material e Métodos

2.1. Objectivos do Estudo

O tema deste trabalho é sobre as *Redes Sociais e Família Multiproblemática ou Família Multidesafios* pretende explorar a rede social de famílias, assim designadas. Da análise efectuada constatamos a quase inexistência de documentos, estudos e investigações realizadas na área das redes sociais familiares, no domínio das famílias multiproblemáticas ou multidesafios, à excepção de um artigo científico (Sousa, 2005b).

Esta investigação pretende identificar as características da família multiproblemática ou multidesafios e as suas redes sociais, nos seus diferentes níveis de análise (características estruturais, funcionais e atributos do vínculo), ao nível dos quatro quadrantes: família, amigos, relações de trabalho e relações comunitárias.

O estudo tem como objectivos:

- Descrever as características familiares estruturais, funcionais, organizativas e socio-económicas da família multiproblemática ou multidesafios;
- Identificar as características estruturais da rede social da família multiproblemática tais como, a distribuição/composição, o tamanho, a densidade/interconexão e a dispersão;
- Conhecer as características funcionais da rede social pessoal, avaliando em que medida são asseguradas as diferentes funções, como: o apoio emocional, o apoio material e instrumental e o apoio informativo;
- Estudar os atributos do vínculo da família com a sua rede social, a reciprocidade, e a frequência de contactos;
- Explorar o número de profissionais significativos envolvidos no processo de intervenção descrevendo a amplitude e recurso às redes secundárias, por parte destas famílias;
- Descrever as áreas consideradas problema para a família, o tipo de apoio económico recebido e a quantificação dos elementos da família que apresentam comportamentos problemáticos.

2.2.1. Metodologia

No presente estudo utilizou-se um plano de nível II (Fortin, 1996), através do método quantitativo. Foi realizado um estudo exploratório, pois pretendia-se aprofundar conhecimentos, numa área pouco investigada, as redes sociais da família multiproblemática ou multidesafios, no sentido de explorar e descrever os diversos aspectos e componentes das mesmas (*idem*; Amado, Cervo & Bervian, 2002; Neuman, 2003). A recolha de dados efectuou-se através da análise quantitativa e foram utilizadas técnicas documentais clássicas, como a observação de documentos escritos (que revelam fenómenos sociais), bibliografia e obras literárias (Bravo, 1988).

2.2.2. População - Alvo e Amostra

No âmbito do processo de investigação, a população – alvo do estudo é constituída pelos utentes do Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, do concelho de Miranda do Corvo.

A amostra foi seleccionada, através de amostragem não probabilística, especificamente a amostragem de conveniência. Segundo Neuman (2003) e Tim May, (2004) este tipo de amostragem é formado por pessoas facilmente acessíveis, presentes num determinado local, sendo feita uma selecção dos participantes “*de acordo com uma característica*” (*idem*, p. 117). A amostra de conveniência apresenta a vantagem de ser simples a sua organização e pouco dispendiosa, no entanto os resultados apurados não têm como finalidade a generalização dos resultados à população.

Para a selecção da amostra foram definidos os seguintes **critérios de inclusão**: presença de diferentes problemas em pelo menos dois dos elementos da família²³ e a existência de um processo mínimo de acompanhamento, de um ano. A amostra contempla 31 famílias²⁴, com 28 participantes (90, 3%) do género feminino e 3 do género masculino (9,7%) e representa uma grande amplitude de idades, sendo que a média situa-se no escalão etário dos 40 aos 45 anos.

Aos participantes foram explicados os objectivos do estudo e sua finalidade, no sentido de obter a sua participação voluntária e o seu consentimento informado (Neuman, 2003), por escrito (Artigo 37º, do Código Deontológico do Psicólogo) Os participantes foram informados dos riscos e benefícios, do estudo, tendo participando de forma autónoma e por sua vontade. A informação disponibilizada foi tratada de forma confidencial, de modo a garantir o sigilo acerca de elementos recolhidos na investigação (Artigo 31º, *idem*), sendo que a informação recolhida foi apresentada e classificada, de modo a “*evitar a intromissão abusiva na vida íntima dos indivíduos ou dano de qualquer espécie*” (Artigo 35º, *ibidem*).

2.2.3. Procedimentos

²³ Este critério não foi cumprido em quatro famílias, pois tratam-se de famílias monoparentais, tendo o agregado familiar sofrido alterações, daí que apenas um dos elementos apresente comportamentos problemáticos, em parte ligados à anterior vivência familiar.

²⁴ O Questionário de Caracterização Familiar – Versão Famílias e o Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal – Revisão Sumária, foram respondidos apenas por um elemento da família, considerado o responsável ou “porta-voz” do agregado familiar, ou seja, aquele que contacta geralmente, com os técnicos de acompanhamento. Deste modo, ao longo deste trabalho utilizaremos o termo família para nos referirmos às informações disponibilizadas por este elemento.

Para a realização do estudo foi enviado um pedido de consentimento (Anexo I) à Câmara Municipal de Miranda do Corvo explicitando as características do estudo. Este pedido foi deferido (Anexo II), tendo o período de recolha de dados ocorrido de Janeiro a Março de 2009. Os Instrumentos: Questionário de Caracterização Familiar – Versão Famílias e o Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal – Revisão Sumária (IARSP- RS), foram preenchidos, com o representante do agregado familiar, nos seguintes locais: auditório da Câmara Municipal, Unidade Móvel de Apoio ao Cidadão da Câmara Municipal e habitações dos utentes do Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

2.2.4. Instrumentos de Recolha de Dados

Os instrumentos de recolha de dados utilizados foram um Questionário de Caracterização Familiar – Versão Famílias (Anexo III), um Questionário de Caracterização Familiar – Versão Técnicos (Anexo VI), preenchido pelos técnicos de acompanhamento da família e o IARSP- RS²⁵ (Anexo VII).

Questionário de Caracterização Familiar – Versão Famílias tem como objectivo a caracterização sumária dos indivíduos a nível social e é composto por: variáveis demográficas – género, idade, e estado civil; variáveis sócio-económicas e profissionais – habilitações literárias, profissão (Anexo IV), condição perante o trabalho (activo e não activo²⁶) e o nível socio-económico (Anexo V); variáveis familiares - tamanho do agregado familiar, número de gerações presentes e o número de adolescentes²⁷ presentes na família e por último, variáveis demográficas - o meio de residência (aldeia ou vila).

O questionário foi preenchido com as famílias, pelo investigador através de entrevista, de modo a clarificar e simplificar o processo. Optámos pela aplicação do questionário neste formato, pois ela é considerada uma das mais eficazes, permitindo a observação de

²⁵ Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal – Revisão Sumária.

²⁶ Os dados relativos á profissão foram os mais difíceis de registar, pois os percursos dos participantes são algo inconstantes. Foram considerados não activos, todos os participantes que na data de aplicação do questionário se encontravam nas seguintes situações: pensionistas, desempregados e domésticas.

²⁷ De acordo com Duvall (1950 *cit. in* Relvas, 1996), assumiu-se como adolescente, todo o elemento do agregado familiar, que até à data de aplicação do questionário, tinha completado doze anos de idade, definindo-se o *terminus* deste período aos vinte anos de idade.

comportamentos verbais e não verbais. No entanto, os custos e o tempo dispendido constituem-se como as desvantagens apresentadas por este tipo de administração²⁸. (Hill & Hill, 2000; Neumam, 2003).

Questionário de Caracterização Familiar – Versão Técnicos²⁹ (Anexo VI) tem como finalidade principal, explorar os problemas vividos pela família nas diferentes áreas: educação, emprego, gestão financeira, habitação, relações familiares, relações sociais, rendimento e saúde, na perspectiva dos profissionais. A selecção das áreas e dos respectivos problemas foi inspirada no estudo de Liliana Sousa (2004) e no livro, *Famílias Pobres: desafio à intervenção social*, de Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) e permite explorar ecologicamente os problemas que afectam estas famílias. O questionário foi preenchido pelos técnicos de acompanhamento e explora variáveis como: o tempo de acompanhamento da família; a existência (ou não) de encaminhamento; a recepção de apoio económico; a quantificação de elementos na família apresentam comportamentos problemáticos, aferindo em que áreas têm estas famílias problemas.

O **IARSP - RS** (Anexo VII), data de 2007 e é da autoria da Mestre Sónia Guadalupe e da Professora Madalena Alarcão. Foi utilizado o instrumento na sua versão *Revisão Sumária*, pois as primeiras aplicações patentes nos estudos de Guadalupe (2000), Silvestre (2003), Peixoto (2001) e Simões (2002) (*cit. in* Alarcão & Sousa, 2007) concluíram que o IARSP original recolhia informação excessiva e dificilmente analisável, a nível quantitativo (*idem*).

Para a utilização do IARSP -RS, foi alterada a questão geradora de rede, pois é pedido à família que refira *o nome das pessoas com que se relaciona/ são significativas na sua vida e a apoiam, quando tem problemas/ dificuldades*. Este instrumento é constituído por 9 itens que nos permitem identificar, o tamanho da rede, a distribuição/composição³⁰, a dispersão (residência e distância geográfica), a densidade/interconexão. O instrumento clarifica a

²⁸ A aplicação do IARSP-RS foi realizada da mesma forma, apresentando as mesmas vantagens e desvantagens.

²⁹ Este questionário foi o último a ser ministrado e codificado, de modo a não serem estabelecidos pré-conceitos, acerca das famílias a quem foram realizados.

³⁰ De modo, a ser explorada a composição da rede social foram quantificados os elementos por quadrante e criadas três variáveis distintas: a família (composta pelas relações com a família alargada e a família nuclear), a rede primária (constituída pelas relações com a família e amigos) e a rede mista (formada pelas relações com redes primárias e secundárias).

percepção do sujeito focal relativamente ao nível do apoio emocional³¹, informativo, material e instrumental recebido (numa escala de *Likert* de 5 pontos, de *nenhum* a *muitíssimo*), assim como avalia os atributos do vínculo: a reciprocidade³², e a frequência de contactos.

3. Apresentação dos Resultados

Os dados dos questionários (dirigidos à família e técnicos) e do IARSP-RS foram codificados e analisados no programa estatístico *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* versão 13.0, para *Windows da SPSS Inc.* Numa primeira fase, procedeu-se à caracterização social da amostra, através do cálculo das frequências absolutas e relativas. A amostra é constituída por famílias acompanhadas pelo Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Miranda do Corvo. De seguida serão apresentados os principais resultados, relativos à caracterização demográfica, socio-profissional, socio-económica e sócio-familiar da amostra.

3.1. Caracterização da Amostra

Através da exploração das **características demográficas**, da amostra, patente no Quadro 1, observamos que esta é composta maioritariamente, por elementos de género feminino, com um total de 28 elementos (90,3%) e constituída apenas, por 3 elementos (9,7%) de género masculino. Relativamente ao estado civil, 15 dos elementos são casados (48,4%), 9 elementos são divorciados (29%), 6 elementos vivem em união de facto (19,4%), existindo na amostra apenas 1 elemento solteiro (3,2%).

As idades da amostra (expressas em classes etárias), encontram-se compreendidas entre o escalão mínimo de 30 a 35 e 65 a 70 anos de idade. A média das idades dos participantes encontra-se no intervalo de 40 a 45 anos (16,1%), sendo que a moda e mediana

³¹ Os valores do apoio emocional, informativo, material e instrumental, e a frequência de contactos de cada família resultam de um somatório realizado às respostas da família para cada um dos elementos mencionados, que posteriormente é dividido pelo número de elementos apontados como significativos.

³² Este atributo do vínculo, não se calcula através do somatório das respostas efectuadas, pois a questão respectiva à reciprocidade é formulada, de forma geral, englobando em que medida é fornecido o apoio a todos os elementos apontados como significativos.

apontam para o escalão etário entre os 35 a 40 anos (25,8%), podendo considerar-se que se trata de uma amostra, sobretudo, de sujeitos adultos em idade activa.

Tabela 1. Características Demográficas

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Género	Masculino	3	9,7
	Feminino	28	90,3
	Total	31	100,0
Estado Civil	Solteiro	1	3,2
	Casado	15	48,4
	União de facto	6	19,4
	Divorciado	9	29,0
	Separado	0	0,0
	Total	31	100,0

Tabela 1. Características Demográficas (continuação)

		Frequência (n)	Percentagem (%)	
Idades	[30-35[8	25,8	
	[35-40[9	29,0	
	[40-45[5	16,1	
	[45-50[3	9,7	
	[50-55[3	9,7	
	[55-60[1	3,2	
	[60-65[1	3,2	
	[65-70[1	3,2	
	Total	31	100,0	
n 31	Mínimo [30-35[Máximo [65-70[Média [40-45[Desvio Padrão 1,875

No que se refere às **características geográficas**, a amostra, relativamente ao meio de residência encontra-se distribuída (quase) equitativamente entre a aldeia e a vila, com 16 (51,6%) e 15 (48,4%) elementos respectivamente.

Quanto às **características socio-económicas** e profissionais verifica-se que, nas habilitações literárias, 11 dos participantes (35,5%) detêm o 1.º ciclo do ensino básico, seguido de 7 elementos (22,6%) que possuem o 2.º ciclo do ensino básico incompleto (do 5.º ano ao 7.º). Através da análise estatística, concluímos a inexistência de elementos iletrados, no entanto apenas 1 elemento (3,2%) da amostra concluiu o ensino secundário e 2 elementos (6,5%) possuem esta escolaridade, mas de forma incompleta, sendo estes os representantes dos elementos, com o maior nível de estudos.

Tabela 2. Características Socio-Económicas e Profissionais

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Habilitações	1.º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	2	6,5
	1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º ao 4.º ano)	11	35,5
	2.º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	7	22,6

Literárias	2.º Ciclo do Ensino Básico (5.º ao 7.º ano)	4	12,9
	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (5.º ao 9.º ano)	4	12,9
	Ensino Secundário Incompleto	2	6,5
	Ensino Secundário (10.º ao 12.º ano)	1	3,2
	Total	31	100,0
Profissão	Pessoal administrativo e similares	1	3,2
	Operários de instalações de máquinas e trabalhadores da montagem	1	3,2
	Trabalhadores não qualificados	26	83,9
	Nunca exerceu uma profissão	3	9,7
	Total	31	100,0
Situação Profissional	Trabalhador	5	16,1
	Desempregado	11	35,5
	Estudante	5	16,1
	Doméstica	8	25,8
	Pensionista	2	6,5
	Total	31	100,0
Condição perante o Trabalho	Activo (trabalhador e estudante)	11	35,5
	Não activo (desempregado e pensionista) e domésticas	20	64,5
	Total	31	100,0
Nível Socio-Económico	Nível socio-económico Baixo	29	93,5
	Nível socio-económico Médio	2	6,5
	Total	31	100,0

Relativamente, à **profissão**³³, 26 dos participantes (83, 9%) são trabalhadores não qualificados e 3 (9,7%) nunca exerceram uma profissão.

No que se refere à **situação profissional** 11 dos elementos (16,1%) encontram-se desempregados, seguido de 8 mulheres (25,8%) na situação de doméstica. Concluímos que 5 dos participantes (16,1%) são estudantes e 5 são trabalhadores, seguidos de 2 elementos na situação de pensionistas.

Quanto ao **exercício profissional**, 11 elementos (35,5%) estão em situação activa, pois trabalham ou estudam e os restantes, 20 participantes (64,5%), encontram-se na situação de inactividade, apesar da maioria se encontrar em idade activa.

³³ Analisada, segundo a Classificação Nacional das Profissões do Instituto Nacional de Estatística (1995).

O **nível socio-económico** resulta da combinação das variáveis grau de instrução, profissão e situação profissional, de acordo com Simões (1994 *cit. in* Guadalupe, 2000). Na amostra, 29 dos participantes (93,5%) encontram-se no nível socio-económico baixo e 2 elementos (6,5%) no nível socio-económico médio, não existindo participantes que se encontrem no nível sócio-económico elevado.

Relativamente, às **características sócio-familiares**, presentes na Tabela 3, a média de elementos por agregado familiar é igual a 4 (22,6%), no entanto, 10 dos participantes (32,3%) referem que o seu agregado familiar é composto, por apenas 3 elementos, sendo que a maioria das famílias têm entre 3 a 5 elementos no seu agregado familiar.

Através da exploração do número de gerações presentes no agregado familiar concluímos que em 26 agregados familiares (83,9%) existem apenas, 2 gerações seguidos de 3 agregados compostos, por 3 gerações (9,7%). A moda, média e mediana centram-se na existência de 2 gerações, existentes no total de 26 famílias.

A maioria das famílias, 18 (58,1%) tem adolescentes a seu cargo, constituindo-se este valor como a média e mediana. Não ter adolescentes a cargo é o valor que aparece mais vezes, nas opções formuladas, correspondente ao valor da moda (conforme pode ser observado na Tabela 3).

Tabela 3. Características Sócio-Familiares

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Número de Elementos do Agregado Familiar	2	1	3,2
	3	10	32,3
	4	7	22,6
	5	9	29,0
	6	3	9,7
	7	1	3,2
	Total	31	100,0
Número de Gerações do Agregado familiar	1	2	6,5
	2	26	83,9
	3	3	9,7
	Total	31	100,0
Número de Adolescentes do Agregado Familiar	Não têm (0)	13	41,9
	1	7	22,6
	2	6	19,4
	3	4	12,9
	4	1	3,2
	Total	31	100,0

Relativamente à **atribuição de Rendimento Social de Inserção (RSI)**, 16 famílias (51,6%) são beneficiárias, enquanto que 15 (48,4%) não dispõem deste apoio económico, encontrando-se a amostra quase igualmente dividida, no que concerne à

recepção de RSI. Este apoio tem como finalidade o combate à pobreza, através de mecanismos que asseguram ao indivíduo e família recursos que satisfaçam as suas necessidades mínimas, sendo o seu objectivo último a promoção de condições necessárias à gradual autonomia do agregado familiar beneficiário, com vista à sua plena integração social e profissional.

3.2. Exploração das Características Estruturais, Funcionais e Atributos do Vínculo da Família

3.2.1. Características Estruturais da Rede Social

Através da aplicação do IARSP-RS concluímos que o **tamanho de rede** varia nos seguintes intervalos: 1 a 5³⁴ e 35 a 40, representantes dos valores mínimos e máximos, do tamanho de rede. A moda, mediana e média apontam para valores do tamanho da rede compreendidos no intervalo de 5 a 10 elementos, sendo este o tamanho das redes de 13 famílias (41,9%). Seguidamente, os valores mais preponderantes relativos ao tamanho da rede são apresentados por 12 famílias (38,7%) que apresentam na sua rede 1 a 5 elementos significativos.

Gráfico1. Tamanho da Rede Social



³⁴ Optámos por intervalos de cinco em cinco, pois os participantes referiram redes com um número baixo de elementos e porque em alguns estudos feitos, no nosso país, com amostras adultas os valores médios, relativos ao tamanho da rede social pessoal centram-se principalmente nos valores de “13 a 20 elementos” (cit. in Alarcão & Sousa, 2007, p. 359)

n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
31	[1-5[[35-40[[5-10[1,329

Através da análise estatística concluímos que o número de elementos significativos, no **quadrante das relações familiares** revelam que os valores mais preponderantes centram-se na existência de 4 elementos significativos (25,8%) neste quadrante (sendo este o valor da média, mediana e moda), seguido da existência de 2 elementos (19,4%) e posteriormente de 3 elementos (16,1%). Podemos observar portanto, que a ausência de elementos neste quadrante, até à existência de 4 elementos são os valores que têm maior preponderância, como é visível na Tabela 5.

Tabela 5. Número de Elementos do Quadrante: Relações Familiares

Tabela 4. Tamanho da Rede Social

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Tamanho da Rede	[1-5[12	38,7
	[5-10[13	41,9
	[10-15[5	16,1
	[35-40]	1	3,2
	Total	31	100,0

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Elementos do Quadrante	Não tem (0)	1	3,2
	1	3	9,7
	2	6	19,4
	3	5	16,1
	4	8	25,8
	5	1	3,2

Relações Familiares	6	2	6,5
	7	2	6,5
	9	2	6,5
	11	1	3,2
Total	31		100,0

Ao nível do **quadrante das relações de amizade**, a média, mediana e moda estão concentradas no valor 1, ou seja, 14 famílias (45,2%) mencionaram a existência de apenas, um amigo, seguido de 12 famílias (38,7%) que referem que não têm amigos, apenas conhecidos.

Tabela 6. Número de Elementos do Quadrante: Relações de Amizade

		Frequência (n)	Porcentagem (%)
Elementos do Quadrante Relações de Amizade	Não tem (0)	12	38,7
	1	14	45,2
	2	3	9,7
	3	1	3,2
	9	1	3,2
Total	31	100,0	

O **quadrante das relações de trabalho ou estudo** é onde se verifica a maior ausência de relações, pois 29 famílias (93,5%) referem não terem vínculos significativos e apenas de 2 famílias (6,5%) referem ter laços significativos, nas suas relações laborais ou de estudo. A moda, mediana e média concentram-se no valor 0 representando, assim a ausência de laços, neste contexto.

Tabela 7. Número de Elementos do Quadrante: Relações de Trabalho ou Estudo

		Frequência (n)	Porcentagem (%)
Elementos das Relações de Trabalho ou Estudo	Não tem (0)	29	93,5
	1	2	6,5
	Total	31	100,0

No que se refere ao **quadrante das relações comunitárias ou de vizinhança**, a moda, mediana e média apontam para o valor 0, pois 21 famílias (67,7%) responderam não ter ninguém significativo neste contexto e 8 famílias (25,8%) referem ter uma única relação significativa, seguida de 2 famílias que respondem ter duas ou quatro relações importantes no seio deste quadrante.

Tabela 8. Número de Elementos do Quadrante: Relações Comunitárias ou de Vizinhança

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Elementos das Relações Comunitárias ou de Vizinhança	Não tem (0)	21	67,7
	1	8	25,8
	2	1	3,2
	4	1	3,2
	Total	31	100,0

Ao nível do quadrante das **relações institucionais** (engloba as relações com serviços de saúde e serviços sociais), a média, mediana e moda estão concentradas no valor 1, pois 23 famílias (74,2%) referem a existência de um técnico com quem têm uma relação bastante significativa e 2 famílias (6,5%) mencionam dois (técnicos) com quem também, se relacionam significativamente. Portanto, a maioria das famílias (25) conferem ao técnico um papel preponderante, ao nível dos seus relacionamentos.

Tabela 9. Número de Elementos do Quadrante: Relações Institucionais

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Elementos	Não tem (0)	5	16,1
	1	23	74,2

das Relações	2	2	6,5
Institucionais	15	1	3,2
Total	31		100,0

De seguida apresentamos, na Tabela 10, as médias relativas ao número de elementos de cada quadrante, pois assim acedemos ao peso que cada um dos quadrantes tem na rede social das 31 famílias. As relações familiares são as que assumem um peso maior, pois apresentam uma média de 4 (aproximadamente), seguida das relações, institucionais, de amizade, comunitárias e de vizinhança e, em último, encontram-se as relações laborais ou de estudo.

Tabela 10. Peso da Média nos diferentes Quadrantes da Rede Social

Quadrantes	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Relações Familiares	Não tem (0)	11	3,94	2,268
Relações de Amizade	Não tem (0)	9	1,03	1,663
Relações de Trabalho ou Estudo	Não tem (0)	1	0,06	0,250
Relações Comunitárias ou de Vizinhança	Não tem (0)	4	0,45	0,250
Relações Institucionais	Não tem (0)	15	1,35	2,576

Para a exploração da **composição** da rede social, foram quantificados os elementos por quadrante e criadas três variáveis distintas: família (composta pelas relações com a família alargada e a família nuclear), rede primária (constituída pelas relações informais) e a rede mista (formada pelas relações com redes primárias e secundárias). A moda aponta para o valor 3, que se refere à rede mista, pois 26 famílias (83,9%) têm a sua rede composta por relações com redes primárias e secundárias. Ao nível da composição da rede social, apenas 5 famílias mencionam ter redes essencialmente primárias, compostas pelas relações com as suas famílias (nuclear e alargada), amigos e colegas de trabalho ou estudo.

Gráfico 2. Composição da Rede Social

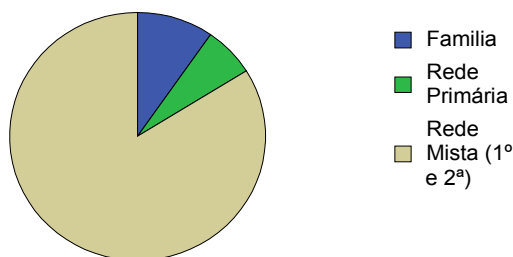


Tabela 11. Composição da Rede Social: Conceptualização Sumária

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Composição da Rede	Família	3	9,7
	Rede Primária	2	6,5
	Rede Mista (1º e 2ª)	26	83,9
	Total	31	100,0

Ao explorar a **densidade**³⁵ da rede constatamos que a moda centra-se na rede de densidade média, correspondente à rede desfragmentada de 17 famílias (54,8%) e 14 famílias (45,2%) têm redes de densidade alta, correspondendo à rede coesa.

³⁵ Para a obtenção dos dados relativos à densidade foi desenhado o mapa de relações existentes e à *posteriori* foram discutidos os respectivos mapas com a Orientadora.

Tabela 12. Densidade da Rede Social

		Frequência (n)	Porcentagem (%)
Densidade Da Rede	Alta	14	45,2
	Média	17	54,8
	Total	31	100,0

Analisando a **dispersão** dos elementos que constituem a rede social dos participantes, concluímos que a moda da dispersão geográfica³⁶ aponta para uma distância geográfica curta, ou seja, a maioria das relações significativas destas famílias encontram-se na mesma terra, pois 16 famílias (51,6%), assim responderam. Concluímos, ainda, que 10 famílias (32,3%) encontram as suas relações mais significativas nos seus bairros ou proximidades, seguidas de 5 famílias (16,1%), nas quais as suas relações mais profundas se encontram a mais de 50 km de distância.

Tabela 13. Dispersão da Rede Social

		Frequência (n)	Porcentagem (%)
Dispersão	No mesmo bairro/rua	10	32,3
	Na mesma terra	16	51,6
	Até 50km	5	16,1
	Total	31	100,0

3.2.2 Características Funcionais da Rede Social

Relativamente, às características funcionais foram explorados três tipos de apoio: emocional, informativo e material ou instrumental. Os valores mínimos e máximos do **apoio emocional**³⁷ oscilam entre ser *muito* e *muitíssimo* apoiado. A moda deste apoio centra-se no

³⁶ Os valores da dispersão de cada família resultam de um somatório realizado às respostas da família para cada um dos elementos mencionados, que posteriormente é dividido pelo número de elementos apontados como significativos.

³⁷ Os valores do apoio emocional, informativo e material ou instrumental de cada família resultam de um somatório realizado às respostas da família para cada um dos elementos mencionados, que posteriormente é dividido pelo número de elementos apontados como significativos.

valor mais alto da escala de avaliação, referente ao sentimento de ser *muitíssimo* apoiado, resposta esta verificada em 23 famílias (74,2%) e 8 participantes (25,8%) responderam sentir-se *muito* apoiados. Os valores percebidos do apoio emocional destacam-se pela positiva.

Relativamente ao **apoio informativo**, as respostas dos participantes oscilam entre as percepções de ser *pouco* a *muitíssimo* apoiados. Através da análise estatística verificamos que a moda deste apoio encontra-se no sentimento de ser *muito* apoiado, por parte de 14 famílias (45,2%), enquanto 13 (41,9%) percebem este apoio como *moderado* e apenas 3 famílias (9,7%) referem este apoio como *muitíssimo* significativo.

Ao exploramos o **apoio material ou instrumental**, a moda aponta para o valor *muito* , pois 16 das famílias (51,6%) percebem como *muito* o apoio material ou instrumental disponibilizado pelas suas relações mais significativas. Este apoio é percebido como *moderado* por 11 famílias (35,5%) e os extremos, *muitíssimo* apoio material ou instrumental é percebido por 3 famílias (9,7%) e apenas 1 família (3,2%) refere este apoio como *pouco* , como é visível na Tabela 14, apresentada de seguida.

Tabela 14. Características Funcionais da Rede Social

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Apoio Emocional	Muito	8	25,8
	Muitíssimo	23	74,2
	Total	31	100,0
Apoio Informativo	Pouco	1	3,2
	Moderado	13	41,9
	Muito	14	45,2
	Muitíssimo	3	9,7
	Total	31	100,0
Apoio Material e Instrumental	Pouco	1	3,2
	Moderado	11	35,5
	Muito	16	51,6
	Muitíssimo	3	9,7
	Total	31	100,0

3.2.3 Atributos do Vínculo

Na exploração dos atributos do vínculo, ou seja as características específicas de cada relação, foram analisadas duas dimensões: a frequência de contactos e a reciprocidade existente nas trocas realizadas na rede social pessoal dos inquiridos.

Relativamente à **frequência de contactos**³⁸, a moda deste atributo centra-se na frequência de contacto *algumas vezes por semana*, pois 17 famílias (54,8%) apontam esta periodicidade. Seguidamente 9 famílias (29%) referem ter contactos *semanais* e 4 famílias (12,9%) responderam que contactavam *diariamente* com as pessoas que lhes são significativas.

A maioria das famílias (77,4%) no que toca à **reciprocidade do apoio** considera que dá apoio *à maior parte das pessoas* com quem se relaciona e apenas 7 famílias (22,6%) consideram que dão apoio *apenas a algumas pessoas* mencionadas como significativas. Os valores máximos e mínimos oscilam entre dar apoio à *maior parte* das pessoas ou *algumas* pessoas com quem se relaciona, sendo a reciprocidade percebida como mútua e equitativa, confirmando-se, também pelo valor da moda concentrada em *dá apoio à maior parte das pessoas* mencionadas como significativas.

Tabela 15. Atributos do Vínculo

		Frequência (%)	Percentagem (%)
Frequência de Contactos	Diariamente	4	12,9
	Algumas vezes por semana	17	54,8
	Semanalmente	9	29,0
	Algumas vezes por mês	1	3,2
	Total	31	100,0
Reciprocidade do Apoio	Dá apoio à maior parte	24	77,4
	Dá apoio a algumas	7	22,6
	Total	31	100,0

³⁸ Os valores da frequência de contactos de cada família resultam de um somatório realizado às respostas da família para cada um dos elementos mencionados como significativos, que posteriormente é dividido pelo número de elementos apontados como significativos.

3.3. Questionário de Caracterização Familiar – Versão Técnicos

O **tempo de acompanhamento** das famílias participantes no estudo oscila entre 1 (12,9%) e 12 anos (3,2%). Através da análise estatística concluímos que a média, mediana e moda do tempo de acompanhamento encontram-se nos 5 anos (25,8%), seguidos de 4 (22,6%) e 6 anos (19,4%) de acompanhamento.

O **encaminhamento por outros serviços** para o Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Miranda do Corvo ocorreu a 21 das famílias (a maioria, correspondendo a 67,7% da amostra) e apenas 10 famílias (32,3%) não foram encaminhadas.

Especificamente, **o serviço que mais encaminhou** as famílias para o Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Miranda do Corvo foi a Segurança Social Local (45,2%). O Centro Distrital de Segurança Social encaminhou 4 famílias (12,9%) e 2 (6,5%) foram encaminhadas pela Segurança Social de outras localidades. Não sofreram qualquer encaminhamento, 10 destas famílias (32,3%) pois o seu processo de acompanhamento teve início neste serviço.

Segundo os técnicos de acompanhamento, 30 das famílias participantes (96,8%) no estudo **recebem apoio económico** e apenas 1 (3,2%) não o recebe. Relativamente aos apoios recebidos 16 das famílias (51,6%), participantes no estudo recebem, em simultâneo, apoio por parte do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar³⁹ (PCAAC) e apoios pecuniários do Projecto de Desenvolvimento Integrado de Acção Social⁴⁰ (PDIAS) (a nível estatístico corresponde à moda), 11 famílias (35,5%) recebem, apenas alimentos do PCAAC e por último, 3 famílias (9,7%) recebem apenas, apoios do PDIAS. De todas as famílias inquiridas apenas uma não aufer de este tipo de apoios, como é visível na Tabela 16.

³⁹ O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar (PCAAC) tem como objectivo primordial a distribuição de géneros alimentares, com o fim último de combater a pobreza satisfazendo uma necessidade básica.

⁴⁰ O Projecto de Desenvolvimento Integrado de Acção Social (PDIAS) procura através da proximidade com a população agilizar a intervenção a realizar, contribuindo assim com diferentes soluções, incluindo apoios pecuniários. A sua intervenção centra-se nas áreas da infância, deficiência, juventude e terceira idade.

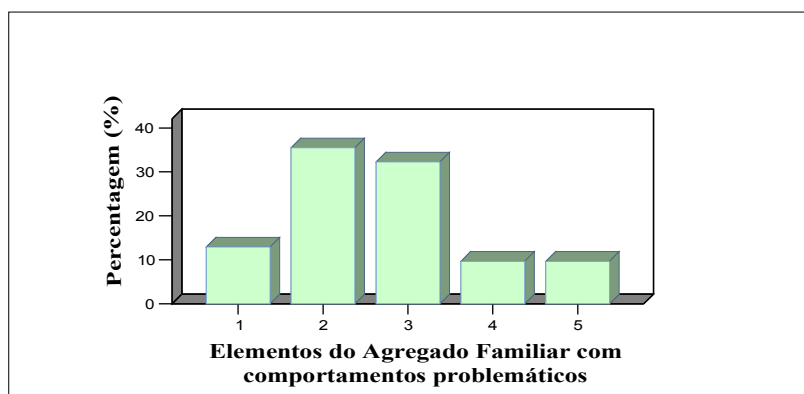
Tabela 16. Acompanhamento, Encaminhamento e Apoios Económicos

		Frequência (n)	Percentagem(%)
Tempo de Acompanhamento (expresso em anos)	1	4	12,9
	2	1	3,2
	3	1	3,2
	4	7	22,6
	5	8	25,8
	6	6	19,4
	8	3	9,7
	12	1	3,2
Total		31	100,0
Foram Encaminhadas	Sim	21	67,7
	Não	10	32,3
	Total	31	100,0
Quem Encaminhou	Tribunal de Família e Menores	1	3,2
	Centro Distrital de Segurança Social	4	12,9
	Segurança Social local	14	45,2
	Segurança Social (outras localidades)	2	6,5
	Total	21	67,7
Não foram encaminhadas		10	32,3
Total		31	100,0
Recebem Apoio Económico	Sim	30	96,8
	Não	1	3,2
	Total	31	100,0
Designação do Apoio	PCAAC	11	35,5
	Apoios pecuniários do PDIAS	3	9,7
	PDIAS e PCAAC	16	51,6
	Total	30	96,8
	Não tem apoio económico	1	3,2
	Total	31	100,0

Foi pedido ao técnico de acompanhamento a quantificação dos elementos da família com **comportamentos problemáticos**, tendo-se verificado que o número de elementos com estes comportamentos, oscila entre 1 e 5, correspondente, respectivamente aos valores mínimos e máximos. A presença de diferentes problemas em pelo menos dois dos elementos da família

verificou-se em todos os participantes, à exceção de 4 famílias (12,9%), pois tratam-se de famílias monoparentais, tendo o agregado familiar sofrido alterações, daí que apenas um dos elementos apresente comportamentos problemáticos, em parte ligados à anterior vivência familiar. A média e mediana estão concentradas no valor 3, referente à existência de 3 elementos - 32,3% - com comportamentos problemáticos (por agregado familiar). A moda centra-se no valor 2, referente à existência de 2 elementos, com estes comportamentos, em 11 famílias (35,5%). Os agregados familiares com 4 e 5 elementos com comportamentos problemáticos representam 9,7% da amostra, cada um, totalizando, 19, 4% dos participantes na investigação.

Gráfico 3. Quantificação de Elementos com Comportamentos Problemáticos



3.4. Principais Problemas por Áreas – Perspectivas Técnico e Família

Foi pedido ao técnico de acompanhamento e famílias que identificassem os principais problemas das mesmas, uma vez que se pretendia compreender as dificuldades vivenciadas por estes elementos e os múltiplos desafios que enfrentam. A identificação dos principais problemas com as famílias foi realizada através de uma questão aberta (Anexo III), de forma a não existir uma concentração nos aspectos negativos ou incompetências. No entanto, optou-se pela construção de um questionário com questões fechadas, para o técnico de acompanhamento (Anexo VI), de modo a delimitar as respostas obtidas. As questões relativas aos problemas das famílias foram realizadas com base no livro, *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*, da autoria de Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007). De forma geral,

o técnico de acompanhamento e famílias identificam as mesmas áreas de problemas, no entanto o técnico reconhece mais duas áreas, problemas de emprego na totalidade da amostra (100%) e problemas nas relações sociais, presentes em 21 agregados familiares (71%)⁴¹. Os valores da perspectiva do técnico, representados na Tabela 17, resultam de um somatório das subcategorias do questionário de caracterização familiar, realizado aos técnicos.

Os resultados apresentados não pretendem comparar os dados obtidos, pois a recolha de informação junto das famílias e técnicos, processou-se de forma diferente (como foi explicitado), mas ilustrar as percepções que técnico e famílias possuem em relação às diferentes áreas de problemas apresentados, pois como é possível observar o técnico de acompanhamento identifica nas famílias, mais áreas de problemas que as próprias (sendo que as famílias apenas colocam problemas, com os quais sabem lidar). De forma geral, em cada uma das perspectivas verifica-se que:

- Do ponto de vista das famílias, os problemas mais importantes são a gestão financeira, o rendimento e a saúde (física ou psicológica) e os problemas menos relevantes são a habitação, a educação e as relações familiares.
- Do ponto de vista dos técnicos, os principais problemas são o emprego, o rendimento e a gestão financeira e os menos importantes são a habitação, a saúde e as relações sociais.

Em relação aos problemas mais graves, em ambas as perspectivas há coincidência, pois ambos consideram com maior relevância os problemas de gestão financeira e o do rendimento. As diferenças acentuam-se nas áreas do emprego e da saúde. Relativamente, aos principais resultados estes foram múltiplos e aparecem figuradas na Tabela 17 e no Gráfico 4 (em que constam apenas as frequências das respostas positivas - *sim* - do técnico de acompanhamento e das famílias).

⁴¹ Estes dados não aparecem figurados na tabela, de modo a simplificar a apresentação de ambas as perspectivas, pois as famílias, conforme foi referido não identificam como principais áreas de problemas vivenciados, as relações sociais e os problemas de emprego.

Tabela 17. Conceptualização dos Problemas Familiares por Áreas: Famílias e Técnicos

Problemas por Áreas		Famílias		Técnicos	
		Frequência (n)	Porcentagem (%)	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Educação	Sim	10	32,3	26	83,9
	Não	21	67,7	5	16,1
	Total	31	100,0	31	100,0
Gestão Financeira	Sim	28	90,3	29	93,5
	Não	3	9,7	2	6,5
	Total	31	100,0	31	100,0
Habitação	Sim	3	9,7	11	35,5
	Não	28	90,3	20	64,5
	Total	31	100,0	31	100,0
Relações Familiares	Sim	12	38,7	26	83,9
	Não	19	61,3	5	16,1
	Total	31	100,0	31	100,0
Rendimento	Sim	22	71,0	30	96,8
	Não	9	29,0	1	3,2
	Total	31	100,0	31	100,0
Saúde Física e/ou Psicológica	Sim	20	64,5	14	45,2
	Não	11	35,5	17	54,8
	Total	31	100,0	31	100,0

Gráfico 4. Principais Problemas por Áreas: Perspectivas Técnicos e Família

Número de Problemas

Técnicos Famílias

4. Discussão dos Resultados

A discussão dos resultados incidirá primeiramente nas características sociais da amostra, posteriormente analisaremos as diferentes características das redes sociais das famílias multidesafios e debruçar-nos-emos, finalmente, sobre os diferentes problemas ou desafios que lhes são colocados (através da perspectiva dos técnicos de acompanhamento e das famílias).

Estes resultados serão discutidos à luz da concepção sistémica, uma vez que, tal como já referimos ao longo deste trabalho, nesta abordagem, os indivíduos não são vistos como unidades isoladas, mas sistemas (Sampaio, 1988; Gameiro, 1992; Relvas, 2000) em constante relação com o seu contexto e meio envolvente (Gameiro, 1994; Paixão, 1995; Relvas, 1998, 1999; Alarcão, 2000). A abordagem sistémica possui uma compreensão circular e de recursividade dos sistemas em interacção (Alarcão & Relvas, 2002), daí a sua flexibilidade, pois procura compreender as relações familiares, as redes sociais e as interacções com os diferentes sistemas (Elkaïm, 1996; Relvas, 2002 *cit. in* Sousa, 2004). Partindo deste princípio e sabendo que os sistemas interagem e co-evoluem de forma recíproca (Laing, Phillipson & Lee, 1966 *cit. in* Sluzki, 1996), analisaremos os nossos resultados, com base nesta abordagem e no Modelo de Ecologia do Desenvolvimento Humano que explica a inter-relação entre sistemas de complexidade crescente (Bronfenbrenner, 1986; Fuster & Ochoa, 2000; Rojano, 2004; Navarro, 2004).

Ao explorarmos os dados obtidos, nesta investigação, relativos à família multidesafios (ou multiproblemática), discutiremos as diferentes particularidades destes microsistemas, sendo que as observações resultantes desta discussão, apenas dizem respeito às famílias participantes no estudo, não se pretendendo realizar outras generalizações.

Partiremos de uma análise das características sociais dos **microsistemas** (famílias que constituem a amostra), de modo a melhor compreender os diferentes aspectos em relação às redes sociais destas famílias. Relembramos que a totalidade da amostra provem do meio rural e a maioria dos elementos inquiridos são do sexo feminino, casados, com idades situadas entre os 35 e os 45 anos de idade, podendo considerar-se que se trata de uma amostra de sujeitos adultos em idade activa. Em síntese, ao nível das habilitações literárias, a maioria dos indivíduos detêm o 1.º ciclo do ensino básico e o 2.º ciclo do ensino básico incompleto. Estes dados, em parte, confirmam as observações de Bruto da Costa (1998) que refere que o acesso

dificultado à educação, à formação profissional e ao mercado trabalho podem constituir-se como factores de desamparo para o indivíduo, pois a maioria da amostra encontra a sua profissão representada, nos últimos patamares da codificação nacional das profissões do INE, os trabalhadores não qualificados. Daí que para os autores Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) a **definição mais apropriada** para designar estas famílias é família multiproblemática pobre, pois conforme é explicitado por Alfredo Bruto da Costa o conceito de pobreza, não se associa somente a dificuldades financeiras, mas comporta outras dimensões. |

A maioria dos participantes no estudo encontram-se nas situações de desemprego ou trabalho doméstico, estando, portanto na condição de não activos profissionalmente. O facto destes não disporem de emprego, limita a sua autonomia financeira, influencia o seu nível socio-económico (baixo) e pode constitui-se como um entrave à manutenção e alargamento da sua rede social pessoal, ou seja, as consequências são várias e podem afectar inúmeras dimensões da vida das famílias (incluindo a diversidade e tamanho da rede relacional e identidade pessoal). É comum a existência de adolescentes a cargo destes agregados familiares, o que pode intensificar as crises vivenciadas por estas famílias, no entanto, cada um dos indivíduos vive o desafio de acordo com o seu estágio de desenvolvimento (Fulmer, 1995; Bénoit, 1997; Summers, McMann & Fuger, 1997; OIT, 2003; Amartya, 2009).

As famílias multidesafios, participantes no estudo têm entre 3 a 5 elementos no seu agregado familiar, sendo que na sua maioria estes agregados são compostos por 2 gerações, ou seja, tratam-se de famílias nucleares. No entanto, estes dados não devem ser explorados de forma simplista, pois a mobilidade apresentada por alguns dos elementos, tornou com que a definição dos elementos do agregado familiar fosse dificultada, confirmando em parte a bibliografia que refere que estas famílias, não são numerosas, mas geralmente apresentam alguma instabilidade e indefinição, relativamente a quem pertence ao agregado familiar (Sousa, 2005a).

Diferentes estudos desenvolveram o conceito rede social reflectindo sobre a importância dos vínculos sociais, familiares e extra-familiares (Moreno, 1951 *cit. in* Sluzki, 1996; Kurt Lewin, 1952 *cit. in* Sluzki, 2007; Barnes, 1954 *cit. in* Bénoit, 1988; Bott 1957 *cit. in* Sousa, 2005b; Guay, 1984; Guédon, 1984; Sockza & Nunes, 1989; Guadalupe, 2000, 2003, 2009; Navarro, 2004; Sluzki, 1996, 2007; Alarcão & Sousa, 2007; Portugal, 2007; Smith & Christakis, 2008) e conforme foi explorado anteriormente, as redes sociais podem ser

caracterizadas através das suas características estruturais, características funcionais e atributos de cada relação (Sluzki, 1996, 2000, 2007). As redes sociais encontram-se no mesossistema, formando-se a partir das interconexões entre os diferentes microsistemas (Garbarino, 1992 *cit. in* Rosello, 2004) e como a investigação tem dado pouca importância às redes sociais da família multidesafios ou multiproblemática, passaremos a descrever e discutir algumas das particularidades encontradas, relativamente às mesmas.

Relativamente às **características estruturais**, conforme foi explicitado, o **tamanho** da rede é indicado pelo número de pessoas que a constituem e que contactam entre si (Barrón, 1996), perante os resultados concluímos que as redes da família multidesafios ou multiproblemática, possuem um tamanho reduzido, ou seja, são pequenas, pois 80,6 % da amostra tem no máximo, 10 elementos na totalidade da sua rede social. E de acordo com as indicações teóricas, estas redes tendem a ser mais frágeis em situações de tensão de longa duração (quando comparadas com as redes médias ou grandes) podendo levar os membros a evitar os contactos para se defenderem da sobrecarga (Guay, 1984; Barrón, 1996; Sluzki, 1996, 2000). O tamanho da rede, ou seja, a quantidade de elementos, não é sinónimo de qualidade nas relações, mas sendo estas redes pequenas, podem facilitar o isolamento ou dificultar a integração social e logo gerarem menor diversidade de apoios e recursos (Sokza & Nunes, 1989; Navarro, 2004). Podemos referir que as redes destas famílias acabam por ser semelhantes às dos idosos estudados por Nunes (2008), às redes dos jovens universitários (Silvestre, 2003) e às redes dos elementos com depressão e esquizofrenia, estudados por Guadalupe (2000). No entanto, o grupo da população geral, analisado pela autora (2000) refere, em média a existência de 12 elementos significativos nas redes dos participantes, o que não difere muito dos resultados, por nós apresentados. Daí, que julguemos necessária a realização de estudos sobre as redes sociais aplicados à população geral (não associados a problemáticas específicas), de modo a recolher informações precisas acerca do número médio ou efectivo das redes da população geral.

A interconexão ente os membros da rede social destas famílias (independentemente do sujeito central) ou **densidade** (Barrón, 1996), de acordo com Sluzki (1996, 2007) correspondem a redes de densidade alta e a redes de densidade média, ou seja, Guay (1984) define as primeiras, como redes coesas e as segundas, como redes fragmentadas.

As redes com nível de densidade alto, ou **redes coesas** (representadas por 45,2% da amostra) são compostas por um grupo onde todos se conhecem. Estas, conforme explicitado, tendem a dispor de menor abertura ao exterior (Guay, 1984), pois exercem maior controlo e pressão para a adaptação às regras do grupo (*idem*; Alarcão & Sousa, 2007), podendo reforçar comportamentos não funcionais e excluir os elementos que não cumpram determinadas normas da rede. Uma das vantagens apresentadas prende-se com a disponibilização de recursos de forma rápida, no entanto, a pressão exercida, pelos constituintes da rede social pode satisfazer menos os seus elementos (Hirsch, 1980 *cit. in* Barrón, 1996), podendo estas redes apresentarem mais dificuldades de (re) criar comportamentos alternativos.

As redes de densidade média, ou **redes fragmentadas**, compostas por pequenos subgrupos, geralmente, entre “três a cinco” (Guay, 1984, p. 56), encontram-se espelhadas em 54,8%, da amostra. Estas tendem a oferecer uma variedade de apoio e de recursos diferentes, sendo mais flexíveis (Corin, 1983 *cit. in idem*), fomentando a privacidade e limites individuais e familiares (Guadalupe, 2000, 2009; Alarcão & Sousa, 2007). Como não exercem tanto controlo, permitem a comparação de diferentes perspectivas e assim, podem facilitar a adaptação, ou seja, as pessoas podem partilhar as diferentes leituras acerca da realidade (Alvarez, 1995). Comparativamente, aos resultados do estudo de Guadalupe (2000), nos três grupos propostos pela autora, as redes de densidade alta são as que se destacam em 63,3%, sendo 34,4% da amostra tem redes de densidade média ou fragmentadas. Deste modo, julgamos que a presença de redes de densidade média, na amostra é um aspecto de grande relevância e simultaneamente um recurso. Este tipo de rede, permite a activação do subgrupo mais adequado a participar na promoção da família, sendo que todo o processo, dependerá das características unas de cada família e suas necessidades. No entanto, ao contrário do que se verifica nas redes coesas (várias ligações entre os elementos), sublinhamos que as redes fragmentadas correm o risco de ser menos efectivas, pois a ligação entre os subgrupos pode não acontecer, por si só. Esta tendência pode ser contrariada, através da intervenção co-construída entre família e profissional, sendo que a activação dos diferentes subgrupos, negociada com as famílias, pode constituir-se como uma proposta da modalidade terapêutica adoptar, apelando ao envolvimento da rede primária das famílias.

Ao nível da densidade das redes das famílias participantes no estudo, podemos ainda referir que os resultados obtidos (redes coesas e redes fragmentadas), apresentam benefícios, quando comparados com as características das redes dispersas, pois nestas a interligação entre os elementos é delicada, sendo a sua activação mais difícil, tendendo a desorganizar-se na ausência do sujeito focal.

A **composição** da rede trata-se da proporção total de membros da rede que se encontram em cada quadrante e em cada círculo, de acordo com Sluzki (1996, 2007) é a característica que define o tipo de rede social.

No que concerne ao tamanho da sua rede, a maioria das famílias, dispõe de um maior número de elementos significativos no quadrante das **relações familiares** (4 familiares, correspondente a 25,8% da amostra), quando comparado com outros quadrantes. Este dado é importante pois a família é identificada como a célula base do apoio e suporte destas famílias, constituindo-se como um sistema assente na confiança e apoio recíproco, necessário à protecção, individuação, criação de sentimentos de pertença e socialização dos indivíduos, tal como na grande maioria das famílias. No estudo realizado por Guadalupe (2000), a autora concluiu que os elementos com esquizofrenia tinham em média 4 elementos, neste quadrante e os elementos com depressão, aproximadamente 5 elementos. O grupo da população geral menciona, em média 6 elementos considerados significativos, ou seja, mais 2 elementos, que nos nossos resultados. Assim, podemos dizer que o número de elementos referidos pelos nossos participantes, neste quadrante é semelhante ao grupo de idosos estudados por Nunes (2008), que tem em média (aproximadamente) 4 elementos. Aparecendo a família como o principal sector de apoio, com fortes laços emocionais leva-nos a crer que estas redes são muito centradas na família. Os fortes laços existentes nestes agregados são um recurso que deve ter-se em conta, alertando porém que este quadrante pode encontrar-se sobrecarregado ou saturado, pois são os mesmos elementos a apoiar de forma contínua a pessoa. Daí que pensemos que os profissionais devam ter alguma cuidado, com as solicitações efectuadas aos elementos deste quadrante. Ainda neste sentido e observando o número de elementos significativos, podemos referir que alguns dos elementos encontram-se a desempenhar uma multiplicidade de funções em simultâneo e os serviços sociais podem tender a sobrecarregá-lo mais, com outras responsabilidades e funções, incrementado os seus encargos e também,

fazendo-os sentir menos capacitados, para lidarem com os diferentes desafios que já enfrentam.

Relativamente ao tamanho do quadrante das **relações de amizade**, a maioria das famílias (45,2%) mencionaram a existência de apenas, um amigo, seguido de 12 famílias (38,7%) que referem que não têm amigos, apenas conhecidos, o que nos coloca algumas hipóteses de leitura: este resultado deve-se à individualização crescente, própria da sociedade pós-moderna; os elementos podem sentir-se com competências insuficientes para estabelecer relacionamentos com os outros; ou podem encontrar-se demasiado decepcionados com as anteriores relações estabelecidas, daí as dificuldades de estabelecer relacionamentos. De acordo com estas hipóteses encontram-se as opiniões de Sousa (2005b), Summers, McMann e Fuger (1997) que referem que as redes de suporte das famílias multidesafios contemplam, geralmente, pessoas com experiências e histórias idênticas (crises sucessivas), daí que estes apresentem algumas fragilidades em desenvolver laços sólidos de confiança, com outros significativos. Por outro lado, a existência de pessoas na rede com histórias semelhantes, pode constituir-se como um recurso, na medida em que faculta a identificação e proximidade entre os elementos, podendo revelar-se como um factor de transformação recíproca, sendo pertinente ajustar a modalidade terapêutica ao contexto específico como por exemplos, os grupos de discussão multifamiliar (Gonzalez, Steinglass & Reiss, 1989) As relações de amizade impelem a uma conquista activa por parte da pessoa, no que se refere à procura de novos relacionamentos, pensamos, assim, que estas relações são um recurso a ser activado.

No quadrante das **relações de trabalho ou estudo** é onde encontramos uma grande ausência de relações, o que de facto é algo alarmante, pois a maioria (93,5%) refere não ter vínculos significativos nestes contextos. Na nossa grelha de leitura este dado, pode ser visto, em parte, como o resultado das dificuldades advindas do trabalho precário, da não actividade profissional ou dificuldades de relacionamento, o que à *posteriori* pode empobrecer o campo de relações como os outros, os seus vínculos e a sua identidade (enquanto pessoa e profissional). Portanto, dispor de uma actividade laboral, ou estudantil pode constituir um recurso ou incentivo ao alargamento da rede social destas famílias.

No que se refere ao quadrante das **relações comunitárias ou de vizinhança**, 67,7% da amostra refere não ter ninguém significativo neste contexto, à semelhança das relações

laborais ou de estudo, no entanto em menor número, espelhando a diminuta representatividade deste quadrante nas relações significantes das famílias. Este aspecto merece especial atenção, tendo em conta que a totalidade da amostra advém do meio rural, onde geralmente, os laços de solidariedade informal possuem um grande valor, daí que apontemos como hipóteses de leitura destes resultados, os referentes ao quadrante das relações de amizade. Cremos que este quadrante também deveria ser (cautelosamente⁴²) activado, de modo ampliar o tamanho das redes destas famílias ou melhorar a qualidade das relações (re) criadas. Os dados obtidos, por nós são semelhantes aos concluídos por Guadalupe (2000), pois a maioria da amostra refere não ter laços significativos neste quadrante (83,5%), sendo o grupo dos portadores de esquizofrenia aqueles que mencionam menor número de elementos, seguidos da população geral e por último, encontra-se o grupo dos elementos com depressão que indicam 1 a 4 vizinhos (23,4%), pensamos por isso, que são intimamente necessários estudos acerca das redes sociais da população geral portuguesa, de modo a aprofundar e difundir conhecimentos acerca das redes sociais funcionais.

A maioria das famílias (74,2%), ao nível do quadrante das **relações institucionais** (engloba as relações com serviços de saúde e serviços sociais), refere a existência de um técnico com quem têm uma relação significativa. O técnico assume na vida destas famílias um papel preponderante, sendo mencionado, mais que os amigos e que os vizinhos, revendo-se aqui o papel central da rede secundária na vida destas famílias. Estas redes cumprem uma dada função num quadro institucional e implicam uma relação de prestação de serviços (Guadalupe, 2003; Alarcão & Sousa, 2007), portanto podem constituir-se como estruturas de reflexão ou de controlo (Castillo, 1997 *cit. in* Matos & Sousa, 2006), neste sentido consideramos que daí que o papel da intervenção da rede secundária deve ser cautelosamente pensado para não contribuir para a diluição e substituição da rede natural das famílias (Colapinto, 1995; Vega, 1997; Alarcão, 1998). Na cultura ocidental, como refere Liliana Sousa (2005a, p. 51), quando uma família pede ajuda aos serviços sociais, demonstra que não é “*auto-suficiente*” (mito), pois necessita de ajuda externa. Quando já existem dificuldades na família, os profissionais, ao promoverem intervenções sectorizadas e ausência de negociação das suas intervenções, podem levá-las a pensar que ele é o responsável por determinadas funções, podendo reduzir as

⁴² Pois, nalguns casos, pareceu-nos que este apoio não estava muito disponível ou não era valorizado, pelos participantes, sendo que estes não demonstram muita abertura, para novos relacionamentos com amigos ou vizinhos.

interacções entre os seus elementos. Ao ser assumida esta postura incrementa-se a não: responsabilização, autonomia e capacitação das famílias. Este processo interactivo pode limitar o desenvolvimento de novos contactos e de novas ligações, pois a pessoa tende a sentir-se pouco confiante ou autónoma para estabelecer outros relacionamentos ou reactivar relacionamentos anteriores. Neste contexto, podem surgir sentimentos de impotência por parte da família, pois estas não encontram a solução para os seus problemas.

Conforme foi apresentado nos nossos resultados, as relações familiares são as que assumem um peso maior, na vida destas famílias, à semelhança do que acontece na nossa organização sócio-cultural. De seguida, as relações institucionais são as que detêm um papel de maior significância, à semelhança dos resultados obtidos por Nunes (2008). Pensamos que este resultado revela a proximidade que a família sente com o técnico de acompanhamento e pode ser interpretado das seguintes formas: quando a família percebe ter pouco apoio noutros quadrantes da sua rede social, procura uma maior compreensão e apoio no técnico; ou numa perspectiva menos positiva quando a família se envolve com os serviços de apoio formais, pode ocorrer a dissolução do processo natural de desenvolvimento familiar (Colapinto, 1995; Matos & Sousa, 2006); ou ainda, tendo sido o IARSP-RS, aplicado pelo investigador, as imagens que a família tem do profissional, podem ter sido reactivadas, levando a que fosse mencionado o técnico, como um elemento significativo das suas redes relacionais. Seguidamente, os resultados revelaram-nos que as relações de amizade e as relações comunitárias e de vizinhança detêm menor peso que os quadrantes anteriormente apresentados, o que nos parece algo preocupante, pois geralmente as relações informais possuem mais relevância que as relações formais (Guadalupe, 2000). E neste domínio, o acesso a novos contactos, pode ficar um pouco limitado. Em último, encontra-se o quadrante das relações laborais ou de estudo e consideramos que este resultado está intimamente relacionado com a instabilidade e precariedade laboral vivenciada pelos participantes, o que nos transporta para um nível de análise exossistémico e macrosistémico. Pois, estas famílias são influenciadas pelas diferentes estruturas sociais que se encontram no seu contexto (exossistema) e pelos acontecimentos históricos e condições sociais, como por exemplo, o desemprego presente no contexto português.

Em síntese, as redes destas famílias apresentam uma **distribuição localizada** nos seguintes quadrantes: relações familiares, relações institucionais e relações de amizade. Esta

distribuição, segundo Sluzki (1996, 2007), Alarcão e Sousa (2007) pode reduzir as opções dos seus membros e criar maior dependência, pois os elementos da rede social das famílias estão concentrados principalmente em três quadrantes em vez de cinco, reduzindo assim, os contextos e indivíduos significativos a que estes acedem e com quem contactam, podendo resultar numa diminuição do seu poder de reivindicação e autonomia.

Quanto à **composição** da rede social, os resultados demonstram que as redes dos participantes são essencialmente, redes primárias e redes mistas, sendo assim idênticas às redes dos três grupos analisados por Guadalupe (2000). Concluímos portanto, conforme explicitado por Guédon (1984), que a maioria das famílias (83,9%) têm a sua rede composta por relações com redes primárias e secundárias, ou seja, redes mistas (onde co-existem vínculos formais e informais) confirmando a preponderância e importância das redes secundárias na vida das famílias participantes no estudo. No entanto, na opinião de Elkaïm (1987 *cit. in* Alarcão, 1996), o papel das redes informais (ou primárias) supera o papel das redes secundárias (apesar destas serem muito importantes), pois as primeiras podem contribuir de forma mais significativa para o desenvolvimento salutar dos indivíduos, famílias e grupos. Mas, apenas cinco famílias apresentam redes essencialmente primárias, ou seja, constituídas por indivíduos que têm afinidades pessoais e informais, de carácter afectivo (Guédon, 1984; Guadalupe, 2003, 2009; Alarcão & Sousa, 2007) e conforme referimos, os resultados revelam que os técnicos de acompanhamento foram mencionados mais vezes que os amigos e os vizinhos. Deste modo, colocamos aqui como hipótese que a rede secundária tem um papel fulcral na vida destas famílias.

Assim, pensamos que as redes informais ou primárias devem ser envolvidas, no processo de intervenção, exigindo aos técnicos de acompanhamento novas competências, face à forma como são construídos narrativamente papéis, funções e estatutos sociais de ambos os intervenientes, equacionando de que forma estas construções configuram os perfis existentes em torno das famílias multiproblemáticas.

A **dispersão** refere-se à distância geográfica entre os membros da rede social em relação à pessoa focal, constituindo-se como um factor que pode afectar a velocidade de resposta, os resultados revelam-nos que apesar destas famílias terem um tamanho de rede reduzido, a maioria das famílias encontra os elementos significativos, a uma distância

geográfica curta, acabando estes por reagir mais rapidamente numa situação de crise ou de necessidade (Guay, 1984; Sluzki, 1996, 2007; Alarcão & Sousa, 2007).

No que diz respeito, às **características funcionais** da rede social destas famílias, estas são definidas e estabelecidas a partir do intercâmbio interpessoal prevalecente entre os membros da rede (Sluzki, 1996; 2007; Barrón, 1996; Guadalupe, 2000, 2009; Alarcão & Sousa, 2007). Os três apoios investigados foram: o apoio emocional, o apoio informativo e o apoio material ou instrumental.

O **apoio emocional** é percebido, como o apoio de maior intensidade (oscilando entre o sentimento de ser *muito* e *muitíssimo* apoiado), pressupondo carinho, compreensão, estímulo, apoio, amor, afecto e simpatia (Barrón, 1996; Sluzki, 1996, 2007). Este apoio é característico das relações próximas e 100% da amostra percebe-o de forma (muito ou muitíssimo) positiva.

Relativamente ao **apoio informativo**, processo através do qual os indivíduos compartilham conhecimentos, informações e conselhos, a percepção dos participantes oscila entre ser *pouco* a *muitíssimo* apoiados, sendo que a maioria (45,2%) percebe este apoio como *muito*, pressupondo uma relação sólida e de confiança (*idem*).

O **apoio material e instrumental** definido por Barrón (1996) como a ajuda nas tarefas práticas que tem como objectivo último aliviar o indivíduo, da sobrecarga, sendo que a maioria (51,6%) percebe este apoio como *muito*. De modo geral, concluímos que os participantes do estudo se encontram satisfeitos com o apoio percebido, principalmente com o apoio emocional, seguido do apoio material e instrumental e por último, o apoio informativo. No estudo de Nunes (2008), as características funcionais apuradas revelam que o apoio emocional é percebido de forma muitíssimo elevada, seguido dos apoios informativo e apoio material e instrumental, à semelhança dos resultados obtidos neste trabalho. O que nos faz reflectir sobre a possível satisfação advinda das relações existentes, mesmo que o tamanho das redes dos participantes, não contemple muitos elementos.

Quanto aos **atributos do vínculo**, ou seja as características ou funções específicas de cada relação discutiremos os dois atributos investigados, através do IARSP-RS: a

reciprocidade, existente nas trocas realizadas na rede social pessoal dos inquiridos e a frequência de contactos

A **reciprocidade** é um atributo que afere se duas pessoas em inter-relação exercem equitativamente o mesmo tipo de funções, ou funções equivalentes (Corin, Sherif & Bergeron, 1983 *cit. in* Guay, 1984; Barrón, 1996; Sluzki, 1996, 2007). Os resultados da reciprocidade variam entre dar apoio *à maior parte das pessoas* ou *apenas a algumas pessoas*, sendo que a totalidade da amostra percebe que troca mutuamente e equitativamente o apoio e recursos, com os elementos significativos, constituintes das suas redes sociais. Os nossos resultados ao nível da reciprocidade, aproximam-se dos resultados obtidos por Nunes (2008) com a população idosa e deste modo, referimos que as famílias que percebem o seu apoio como recíproco, detêm maior satisfação nas suas relações, pois consideram que cumprem funções simétricas, na sua rede relacional.

Ao nível da **frequência de contactos** ou “*periodicidade dos mesmos*” (Alarcão & Sousa, 2007, p. 363) as famílias referem que contactam frequentemente, com os elementos que consideram significativos, sendo a regularidade de contactos fundamental, para a manutenção dos vínculos entre os elementos da rede social, no entanto como afirma Sluzki (1996, 2007), os vínculos mais intensos podem ser reactivados mais rapidamente.

De modo geral, quando comparadas as redes sociais destas famílias com os estudos realizados por Guadalupe (2000), Silvestre (2003) e Nunes (2008) concluímos a não existência de grandes disparidades, ao nível dos resultados. No entanto, em relação à temática carecemos ainda de investigações aplicadas à população geral. Estas informações (relativas às redes sociais) levantam-nos algumas questões acerca das diferentes construções, que envolvem e definem as famílias como multiproblemáticas, pois para além destas famílias terem problemas, estes são múltiplos, daí que pensemos que por vezes a própria definição limitará *per si*, o olhar e a visão dos profissionais que trabalham com estas famílias e à *posteriori* poderá fragilizar a imagem que estas têm de si.

Pareceu-nos interessante apurar os **apoios** fornecidos pelos serviços. Sendo que 16 famílias (51,6%) são beneficiárias de RSI⁴³, sendo que o objectivo último deste apoio é o combate à pobreza, através de mecanismos que asseguram ao indivíduo e família recursos. Segundo os técnicos de acompanhamento, 16 das famílias (51,6%) recebem, em simultâneo,

⁴³ Rendimento Social de Inserção.

apoio por parte do PCAAC⁴⁴ e apoios pecuniários (pontuais) do PDIAS⁴⁵, 11 famílias (35,5%) recebem, apenas alimentos do PCAAC e por último, 3 famílias (9,7%) recebem apoios do PDIAS. Os apoios prestados à família apresentam alguma diversidade: bens, medicamentos, em casos de necessidade urgente (PDIAS), o apoio alimentar (PCCAC) e o apoio financeiro (RSI). Estes apoios por parte dos serviços pretendem colmatar necessidades, e por vezes não é reconhecido como um direito, pelas famílias, podendo ser encarado como um acto de boa vontade, por parte das instituições ou do profissional que as acompanha. O facto da maioria da amostra receber apoios económicos, pode em parte explicar a significância do quadrante das relações institucionais.

Relativamente aos comportamentos problema, em média, 3 elementos, por agregado - 32,3% - apresentam estes comportamentos, sendo que em parte, entendemos que estes comportamentos e dificuldades das famílias são influenciados pelos diferentes sistemas, com os quais a pessoa contacta, directa ou indirectamente. Para Bronfenbrenner (1979 *cit. in* Cunningham & Henggeler, 1999) os problemas são multideterminados, pois, de acordo com Modelo de Ecologia do Desenvolvimento Humano as dificuldades vivenciadas por estas famílias são influenciadas pelas: condições sociais, valores culturais (macrosistema); estruturas sociais, formais e informais (exosistema); relações entre microsistemas (mesosistema); e pela qualidade e estabilidade do conjunto de relações, actividades e papéis que ocorrem no seio familiar (microsistema), sendo que estes sistemas se influenciam mutuamente (Bronfenbrenner, 1986; Fuster & Ochoa, 2000; Navarro, 2004; Rojano, 2004; Rosello, 2004).

Os problemas das famílias abrangem diferentes áreas (Costa, 1998; Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007). Ao tentarmos identificar os **principais problemas** das famílias, de modo a compreender os múltiplos desafios que estas enfrentam, os resultados apontam-nos a existência de duas perspectivas, que diferem qualitativa e quantitativamente. Pois, o técnico reconhece mais áreas de problemas na família e maior número de problemas, que o responsável pelo agregado familiar. Numa perspectiva positiva, este dado pode revelar que as famílias percebem e vivem menos os problemas, ou por outro lado, esta diferença de perspectivas pode estar relacionada, com as construções teóricas dos profissionais e com as

⁴⁴ Plano Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

⁴⁵ Programa de Desenvolvimento Integrado de Acção Social.

concepções normativas das famílias, que pontuam diferentes visões da realidade, referindo assim perspectivas alternativas, relativas aos diversos problemas. Nas duas perspectivas em relação aos problemas mais graves, destacam-se os problemas de gestão financeira e o do rendimento. No entanto, o profissional vê a área do emprego como preocupante e na perspectiva da família um dos domínios que se destaca é a área da saúde. A área do emprego, não foi referenciada pelas famílias como um problema, o que reforça os resultados obtidos, relativos à quase inexistência de elementos significativos no quadrante das relações laborais ou de estudo. Este dado levanta uma questão interessante, uma vez que a gestão financeira e de rendimento são consideradas áreas-problema, em ambas as perspectivas, podemos considerar que as famílias não associam esta instabilidade à ausência de emprego, à instabilidade profissional ou ao trabalho precário (Sousa, 2004), mesmo tratando-se de uma amostra que é maioritariamente, composta por sujeitos cuja situação profissional é considerada de não actividade, encontrando-se estes em idade activa. A educação é uma área à qual o técnico dá especial relevo, no entanto as famílias não valorizam muito este aspecto, ou seja, para elas não constitui um problema (quando comparado com a perspectiva do técnico), daí que julgemos que a família muitas vezes, não associa também, esta área às dificuldades que vive no presente.

Parece-nos de forma geral, que o facto da família não identificar tantos problemas e áreas de problema, pode de alguma forma constituir-se como um factor protector, pois esta não se percebe saturada e imersa nas dificuldades. De certa forma, estas dificuldades (não reconhecidas) são vivenciadas como naturais e podem na opinião de Summers, McMann e Fuger (1997) ser interpretadas como formas de evitamento, da dor e dos problemas, pois ao centrarem-se no concreto, descentram-se do seu padrão de funcionamento desadaptado. Pensamos ainda, que o facto de viverem crises sucessivas, lhes concebe uma forma diferente (da dos profissionais), de olhar para as suas dificuldades de forma menos saturada e até normativa. A área da saúde é onde a família relata maior número de problemas, comparado com a perspectiva do profissional. Ao vivenciar crises sucessivas estas famílias tendem a possuir níveis elevados de stress, podendo adoecer física e psicologicamente (Powell *et al.*, 1997; Sousa, 2005a). No entanto, outra leitura pode ser perspectivada, pois tendo sido o investigador aplicar o questionário de identificação de caracterização familiar, a família pode

ter pontuado aquilo que é mais visível e que não pertence tanto ao domínio privado (como os problemas nas relações familiares).

Relativamente, à perspectiva do técnico de acompanhamento levantam-se duas hipóteses pertinentes: o técnico, na sua óptica de leitura das situações, considera ser uma determinada situação um problema, que para a família não o é, pois a família não o sente como tal - daí que o profissional deva auto-reflectir-se (Kaslow, 2001; Leal, 2000; Sousa, 2005a); ou o seu diagnóstico de avaliação dos problemas está correcto, pois uma das formas de ignorar um problema é não o reconhecer (Sousa, 2004), como por exemplo, no caso destas famílias, o não reconhecimento dos problemas na área do emprego. No entanto, sublinhamos que a saturação de problemas, por parte do técnico, na avaliação dos problemas familiares, pode dificultar o desenvolvimento de soluções, daí que por vezes o recurso das famílias às redes primárias pode ser mais salutar, no enfrentar das dificuldades (Imber-Black, 1988). Cabe aqui referir, que nos parece pertinente enquadrar os problemas, numa óptica de desafios não nos focando em demasia nas características disfuncionais (Martínez, 1999), daí que para nós o conceito de famílias de multidesafios (Summers, McMann & Fuger, 1997) se revele um dos mais apropriados para definir estas famílias e as suas características especiais, pois foca-se nas suas competências (Powell et al., 1997; Summers, McMann, Fuger, 1997; Cunningham & Heggeler, 1999; Rojano, 2004; Sousa, 2004; Sousa & Ribeiro, 2005; Landau, 2007).

Esta discussão apesar de contrapor duas perspectivas, contém algumas limitações, pois a recolha da informação junto dos técnicos de acompanhamento e junto das famílias não foi realizada através dos mesmos métodos. Para o responsável da família foi realizada uma questão aberta, preenchida, analisada e interpretada pelo investigador e aos técnicos de acompanhamento, foi ministrado um questionário, com questões fechadas, relativas aos problemas, com diferentes subcategorias.

Concluimos que as estratégias de intervenção e os problemas devem ser definidos com a família, no sentido de construir mutuamente a realidade, mais do que a verdade (Elkaïm, 1996), sendo que o técnico deve dirigir o seu olhar para o *“padrão que liga os problemas”* (Sousa, 2004, p. 163), pois estas famílias vivenciam crises sucessivas e problemas que reforçam as suas trajectórias labirínticas (Summers, McMann & Fuger, 1997; Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007), portanto, os profissionais não devem deixar-se submergir nos problemas imediatos e fixar prioridades.

Uma outra dimensão que nos parece de extrema importância e que na nossa opinião é actual, prende-se com facto dos recursos existentes, a nível profissional, institucional e nacional, pois no contexto actual de crise económica, os diferentes problemas a nível social são crescentes, no entanto os profissionais, não dispõem de meios suficientes para enfrentar as crescentes dificuldades das famílias portuguesas, muito menos se não as incluírem neste processo. Numa óptica macrosistémica devemos atender, urgentemente á “*desfamiliarização*” (Relvas, 2002 *cit. in* Sousa, 2004, p. 148), de modo, a (des) construir e flexibilizar a nossa compreensão dos diferentes contextos e sistemas, nos quais o indivíduo e as famílias interagem e vivem.

5. Conclusão

Este espaço será utilizado, não tanto para explorar as conclusões obtidas, mas para destacar e reflectir alguns dos aspectos que nos parecem mais interessantes, pois pensamos que devemos ter alguma prudência nas generalizações dos resultados obtidos, pois tratando-se de um estudo exploratório, com algumas limitações, no que se refere à amostra. Propomo-nos aqui a realizar uma reflexão acerca da realização desta investigação, junto das famílias que agora, designaremos de multidesafios. Algumas das visões antigas deram lugar à visão de uma realidade nova de certa forma diferente das representações iniciais. O grande desafio consistiu em integrar esses novos elementos, sendo que esta etapa acabou por desencadear um questionamento de convicções, repercutindo-se no desenvolvimento pessoal e profissional do investigador.

Durante este percurso, o nosso olhar, foi guiado pela concepção sistémica e pelo Modelo de Ecologia do Desenvolvimento Humano, o que nos permitiu uma leitura compreensiva das interacções entre os diferentes sistemas de complexidade crescente.

As famílias multidesafios são confrontadas por inúmeros desafios e vêm as suas vidas e dos seus filhos, limitadas por uma série de dificuldades. Defrontam-se com dificuldades em aceder à educação, à formação profissional e ao mercado trabalho e de facto, pensamos que as crises sucessivas que vivenciam acabam por criar-lhes uma certa resistência e até

naturalização das suas dificuldades. Por vezes, as construções sociais do profissional acerca destas famílias constituem-se como entraves à própria intervenção. Um olhar saturado sobre as vivências da família dificilmente, auxiliarão o interventor no seu caminho, daí que se imponha a co-construção de histórias menos problemáticas, colocando quem pede ajuda, em posições favoráveis, excluindo as descrições patológicas e reenquadrando as dificuldades como interpessoais, influenciadas pelos diferentes sistemas em que a pessoa está incluída.

Ao analisarmos as suas redes sociais, constatamos diferentes características e percebemos o quanto é valorizado o núcleo familiar, que constitui os seus elos significativos e de referência. A família é referenciada como a célula base do apoio e suporte destas famílias, constituindo-se como um sistema assente na confiança e apoio recíproco. Deste modo, os laços familiares assumem uma grande variedade de funções, nas suas vidas. Ao olharmos as características das suas redes podemos, dizer que estas não diferem (muito) das redes sociais estudadas por Guadalupe (2000), Silvestre (2003) e Nunes (2008) e que um olhar menos saturado dos desafios vivenciados pelas famílias (ditas) multiproblemáticas, pode constituir-se como uma desconstrução da definição, papéis, funções e sistemas de significado destas famílias.

Tal como refere Ausloos (1996, p.85) *“ao procurar o aspecto positivo do que me desagradou, transformo-me a mim mesmo antes de transformar a família”*, ilustrando que a mudança de visão operada no interventor, à *posteriori* torná-lo-á mais apto para trabalhar com as famílias.

Concluimos que a análise e a interpretação das redes sociais é uma mais valia, de modo a compreender os contextos em que estas famílias interactivam, sendo que os profissionais e instituições, numa óptica de criação ou alargamento de suporte deveriam ampliar as suas intervenções, potenciando as competências e autonomia das famílias que são apoiadas pelos diferentes serviços.

Gostaríamos, ainda, de deixar algumas sugestões, no sentido de investigações futuras:

- a) Investigar as redes sociais da família multidesafios, através do método qualitativo, reunindo, todos os elementos do agregado familiar de modo a minorar a perda da informação;
- b) Conhecer a percepção das competências das famílias através das próprias e dos profissionais que as acompanham;
- c) Investigar a rede social pessoal da população em geral;

Para finalizar gostaríamos de dizer que ao analisarmos as diferentes características da rede social da família multidesafios ou família multiproblemática e os seus desafios ou problemas conseguimos vislumbrar um quadro de diferentes cores e dimensões, em que por vezes teremos que ver de longe para conseguir compreender o que se passa de perto.

6. Bibliografia:

- Alarcão, M. (1996). Re-criando vínculos: redes de suporte e relações inter-geracionais. *Interacções*, 4, 41-49
- Alarcão, M.(1998). Família e redes sociais: malha a malha se tece a teia. *Interacções*, 7, 93-102
- Alarcão, M. (2000). *(Des) Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora
- Alarcão, M. & Relvas, A. (2002). Transformações na intervenção sistémica. *Psychologica*, 30, 57-68
- Alarcão, M. & Sousa, L. (2007). Rede social pessoal: do conceito à avaliação. *Psychologica*, 44, 353-376
- Alvarez, A. (1995). La dimension subjetiva de la vida social: las redes sociales como perspectiva de conocimiento cualitativo. *Revista de Treball Social*, 140, 64-70
- Amado, L., Cervo & Bervian, P. (2002). *Metodologia Científica*. São Paulo: Prentice Hall
- Amartya, S. (2009). *Um ensaio sobre os direitos e privações*. Lisboa: Terramar Editora (falta a cidade!)
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias – tempo, caos e processo*. Lisboa: Climepsi Editores
- Barrón, A. (1996). *Apoyo social: aspectos teóricos y aplicaciones*. Madrid: Siglio Veintiuno España Editores.
- Bénéoit, J. (1988). *Dictionnaire clinique des thérapies familiales systémiques*. Paris: Éditions ESF
- Bénéoit, J. (1997) *Tratamento das Perturbações Familiares*. Lisboa: Climepsi
- Bravo, O. (1988). *Sociologia: métodos e técnicas de pesquisa em ciências sociais – a investigação sociológica.*, 4, 77-99
- Brodeur, C. & Rousseau, R. (coord.) (1984). *L'intervention de réseaux : une pratique nouvelle*. Montreal : Éditions France- Amérique
- Bronfenbrenner , U. (1989). Ecology of the family as a context for human development : research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742

- Cancrini, L., Gregório, F. & Nocerino, S. (1997). Las familias multiproblemáticas. In M. Coletti, & J. Linares, (coord.). *La Intervención Sistémica en los Servicios Sociales ante la Familia Multiproblemática*. Barcelona: Paidós Terapia Familiar
- Chambo, V. (1997). *Apoyo social y salud: una perspectiva comunitaria*. Valença: Edições Promolibro
- Coimbra, A. (1990). Redes sociais: Apresentação de um instrumento de Investigação. *Análise Psicológica*, 2 (8), 171-177
- Colapinto, J. (1995). Dilution of family process in social services: implications for treatment of neglectful families. *Family Process*, 34(2), 59-74.
- Coletti, M., & Linares, J., (coord.) (1997). *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática*. Barcelona, Paidós Terapia Familiar
- Costa, B. (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva
- Costa, L. & Brandão, S. (2005). Psicologia clínica e psicologia comunitária: um espaço de diálogo e construção de saberes e fazeres. In H. Fleury & M. Marra (coord.) *Intervenções grupais*. São Paulo: Agora
- Cunningham, P. & Henggeler, S. (1999). Engaging multiproblem families in treatment: lessons learned throughout the development of multisystemic therapy. *Family Process*, 38, 265-286
- Dias, J. (1998). Do trapezista sem rede às redes dos equilibristas – Na conjugação da terapia família e da intervenção em rede sistémica. *Interações*, 7, 103-110
- Doherty, W. & Beaton, J. (2000). Family therapists, community and civic renewal. *Family Process*, 39(2), 149-161
- Elkaïm, M. (1981) “Desfamiliarizar” a terapia familiar – da terapia familiar à focagem sócio-política in Pina Prata, F. (coord.) (1981). *Terapia Familiar e Comunitária*. Aveiro: Tipave
- Elkaïm, M. (coord.) (1995). *Las Prácticas de la terapia de red: salud mental y contexto social*. Barcelona: Guédisa Editorial
- Fortin, M. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência

- Fulmer, R. (1995). Famílias de baixa renda e famílias com formação profissional: uma comparação da estrutura e do processo de ciclo de vida. In B. Cárter & M. McGoldrick (coord.) *As mudanças no ciclo de vida familiar* (2.ªed). Porto Alegre: Artes Médicas
- Fuster, E. & Ochoa, G. (2000). *Psicologia social de la familia*. Barcelona: Paidós
- Gameiro, J. (1992). *Voando sobre a psiquiatria. Análise epistemológica da psiquiatria contemporânea*. Porto, Edições Afrontamento
- Gameiro, J. (1994). *Quem sai aos seus ...*. Porto: Afrontamento
- Gonçalves, C. (2007). *Avaliação e intervenção com a família multiproblemática: um olhar sobre os profissionais*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra, Portugal
- Gonçalves, M. (2003). *Vinculação, rede social pessoal e psicopatologia, no primeiro ano do ensino superior*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra, Portugal
- Gonzalez S., Steinglass, P. & Reiss, D. (1989) Putting the illness in it's place: discussion groups for families with chronic medical illnesses. *Family Process*, 28, 69-87
- Guadalupe, S. (2000) *Singularidade das redes e redes da singularidade: rede social pessoal e saúde. Estudo exploratório numa mostra com esquizofrénicos, deprimidos e população geral*. Dissertação de Mestrado não publicada, Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal
- Guadalupe, S. (2003). Programa de rede social: Questões de intervenção em rede secundária. *Interações*, 5, 67-90.
- Guadalupe, S. (2009)). *Intervenção em rede: serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Guay, J. (1984) *L'intervenent professionnel face à l'aide naturelle*. Québec : Caëtan Editeur
- Guédon, M. (1984) Les réseaux sociaux. In C. Brodeur & R. Rousseau (coord.). *L'intervention de réseaux : une pratique nouvelle*. Montreal : Éditions France- Amérique
- Hill, M. & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa : Edições Sílabo
- Imber-Black, E. (1988). *Family and larger systems: a family therapist's guide through the labyrinth*. New York: Guilford Press

- Kaslow, F. (2001). Whither Countertransference in couples and family therapy: a systemic perspective. *Psychotherapy in Practice*, 57(8), 1029 – 1040.
- Landau, J. (2007). Enhancing resilience: families and communities as agents for change. *Family Process*, 46(3), 351-365
- Leal, I. (2000). *Entrevista clínica e psicoterapia de apoio*. Lisboa: Edições ISPA.
- Linares, J. (1997). Modelo sistémico y família multiproblemática. In M. Coletti, & J. Linares, (coord.), *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática*. Barcelona: Paidós Terapia Familiar
- Matos, A. & Sousa, L. (2006). O apoio das instituições de protecção social às famílias multiproblemáticas. *Revista Psicológica e Sociológica Londrina*, 3 (1), 1-23.
- May, T. (2004). *Pesquisa Social*. São Paulo: Artmed
- McGoldrick, M. & Gerson, R. (1996). *Genogramas en la evaluación familiar*. Barcelona: Gedisa.
- Mercklé, P. (2004). *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris: La Découverte
- Navarro, S. (2004). *Creando (con)textos para una acción ecológica*. Madrid: Editorial CCS
- Neuman, W. (2003). *Social research methods – Qualitative and quantitative approaches*. Estados Unidos da América: Allyn and Bacon
- Nowak, J. (2001). O trabalho social de rede. In H. Mouro & D. Simões (coords.) *100 anos de serviço social*. Coimbra: Quarteto
- Nunes, J. (1995). Com mal ou com bem, aos teus te atém: as solidariedades primárias e os limites da sociedade providência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 5-25
- Nunes, S. (2008). *Rede social pessoal, bem-estar e necessidades do idoso em contexto de centro de dia*. Dissertação de Mestrado não publicada, Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal
- Organização Internacional do Trabalho - OIT (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho
- Paixão, R. (1995). As intervenções em rede. *Interacções*, 1, 33-48
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora

- Piselli, F. (1998). Mulheres migrantes: uma abordagem a partir da teoria das redes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50, 103-119
- Portugal, S. (1995). As mãos que embalam o berço: um estudo sobre as redes informais de apoio á maternidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 154-176
- Portugal, S. (2007). *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina do Centro de Estudos Sociais, 271 (Março)
- Powell, D., Bahtsche C., Ferro, J., Fox L. & Dunlap, G. (1997). A strength-based approach in suport of multi-risk families: principles issues. *Topics in Early Childhood Special Education*, 17 (1), 1-26
- Relvas, A. (1996). *O ciclo vital da família, perspectiva sistémica*. Porto: Afrontamento
- Relvas, A. (1998). Família e indivíduo – Já alguém apertou a mão à família? *Interações*, 7, 83-92
- Relvas, A. (1999). *Conversas com famílias – discursos e perspectivas em terapia familiar*. Porto: Afrontamento
- Relvas, A. (2000). *Por detrás do espelho – da teoria à terapia com a família*. Porto: Afrontamento.
- Relvas, A. & Alarcão, M. (2001). Era uma vez quatro terapeutas e uma família – narrative de uma família. In M. Gonçalves & O. Gonçalves (coord.). *A construção conversacional da mudança*. Coimbra: Quarteto
- Rojano, R. (2004). The practice of community family therapy. *Family Process*, 43(1), 59-77
- Rosello, E. (2004). *Manual para el trabajo social comunitario*. Madrid: Narcea
- Sampaio, D. (1988). Terapia breve com a família. *Psicologia - Revista Portuguesa da Associação Portuguesa de Psicologia*, 6(1), 23-28
- Silvestre, J. (2003). *Vinculação, rede social pessoal e psicopatologia no 1.ºano do ensino superior*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra, Portugal
- Sluzki, C. (1996). *La red social: frontera de la practica sistémica*. Barcelona: Gedisa
- Sluzki, C. (2000). Social Networks and the Elderly: conceptual and clinical issues, and family consultation. *Family Process*, 39 (3), 271-284

- Sluzki, C. (2007). Famílias e redes. In L. Fernandes & M. Ribeiro (coords.) *Terapia familiar, redes e poética social*. Lisboa: Climepsi Editora
- Smith, K. & Christakis, N. (2008). Social networks and health. *Annual Review of Sociology*, 34, 405-429
- Sockza, L. & Nunes, J. (1989). Redes sociais de suporte e etiopatogenia do enfarte de miocárdio em meio urbano. *Psicologia*, 7 (2), 157-166
- Sousa, L. (2004). Diagnósticos e problemas: uma perspectiva sistémica centrada nas famílias multiproblemáticas pobres. *Psychologica*, 37, 147-167
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S. & Grilo, P.(2007). *Famílias pobres: Desafio à intervenção social*. Lisboa: Climepsi Editora.
- Sousa, L. (2005a). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.
- Sousa, L. (2005b). Building on personal networks when intervening with multi-problem families. *Journal of Social Work Practice*, 19(2), 163-179
- Sousa, L. & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 19(1-2), 169-191
- Summers, J., McMann, O & Fuger, K. (1997). Critical thinking: a method to guide staff in serving families with multiple changes. *Topics in Early Childhood Special Education*, 17(1), 27-52
- Vega, S (1997). Instrumentos de trabajo, in M. Coletti & J. Linares (coord.). *La intervencion sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática*. Barcelona: Paidós Terapia Familiar

Documentos on-line:

- Código Deontológico do Psicólogo. [http:// www.snp.pt](http://www.snp.pt) .Acedido em: 20, Fevereiro, 2009
- Elkaïm, M. (1996) *Constructivismo, construccionismo social y narraciones ¿En los límites de la sistémica?* *Perspectivas Sistémicas*, 42 (Julho – Agosto). <http://www.redsistemica.com> Acedido em 2, Dezembro, 2008

- Martínez, M. (1999) *La familia multiproblemática y el modelo sistémico*. Perspectivas Sistémicas, 55 (Março – Abril). <http://www.redsistemica.com> Acedido em 2, Dezembro, 2008